

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NATHALIA DA ROSA KAUER

INCLUSÃO PELO TRABALHO NO ÂMBITO DA SAÚDE MENTAL: A EXPERIÊNCIA  
DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SAÚDE MENTAL DE CURITIBA E REGIÃO  
METROPOLITANA (LIBERSOL)

CURITIBA

2024

NATHALIA DA ROSA KAUER

INCLUSÃO PELO TRABALHO NO ÂMBITO DA SAÚDE MENTAL: A EXPERIÊNCIA  
DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SAÚDE MENTAL DE CURITIBA E REGIÃO  
METROPOLITANA (LIBERSOL)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Setor de Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Luis Felipe Ferro

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Kauer, Nathalia da Rosa

Inclusão pelo trabalho no âmbito da saúde mental : a experiência da Rede de Economia Solidária e Saúde Mental de Curitiba e Região Metropolitana (LIBERSOL) / Nathalia da Rosa Kauer. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Luis Felipe Ferro.

1. Economia solidária. 2. Atenção psicossocial. 3. Saúde mental. I. Ferro, Luis Felipe. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. III. Título.

Bibliotecária: Maria Lidiane Herculano Graciosa CRB-9/2008



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS -  
40001016076P0

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação POLÍTICAS PÚBLICAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **NATHALIA DA ROSA KAUER** intitulada: **Inclusão pelo trabalho no âmbito da Saúde Mental: a experiência da Rede de Economia Solidária e Saúde Mental de Curitiba e Região Metropolitana (LIBERSOL)**, sob orientação do Prof. Dr. LUIS FELIPE FERRO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 25 de Junho de 2024.

Assinatura Eletrônica

06/07/2024 09:14:45.0

LUIS FELIPE FERRO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

11/07/2024 10:44:14.0

LOURENÇA SANTIAGO RIBEIRO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

05/07/2024 22:09:30.0

ALESSANDRO RODRIGO PEDROSO TOMASI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas e instituições que, de diversas formas, contribuíram para a realização desta dissertação.

Agradeço, primeiramente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fomento e suporte financeiro que apoiou o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus pais, pela incansável dedicação, amor e apoio incondicional em todas as etapas da minha vida acadêmica e pessoal. Suas palavras de encorajamento e fé em meu potencial foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Agradeço à minha mãe por ter contribuído de diversas maneiras na atuação com a LIBERSOL, inclusive na confecção de aventais do EES Maluco Beleza, e por ter plantado em mim a semente da sensibilidade e do cuidado. E ao meu pai, agradeço por ter plantado a semente do senso crítico e por ter me ensinado o olhar sistemático e questionador, porém sem nunca perder a ternura. E essa mistura perfeita me fez chegar até aqui.

Ao meu irmão Arthur, pela amizade, compreensão e apoio constante. Nossa parceria é uma marca essencial de tudo o que faço na minha vida.

A João, meu companheiro, por todo o carinho, paciência e suporte emocional durante essa jornada. Sua presença foi um alicerce seguro, sua compreensão nos momentos de desafios e a nossa incansável busca por um equilíbrio permitiu que eu me dedicasse a este trabalho sem deixar de lado minha vida pessoal e nossos planos conjuntos.

Aos meus amigos, por toda a parceria, risadas e apoio. Vocês tornaram essa jornada mais leve com seus incentivos, companheirismo e incansáveis escutas das minhas angústias foram essenciais para a finalização deste trabalho.

Aos colegas da LIBERSOL, do GEPEL e dos movimentos de luto cuidado em liberdade pela parceria nesta jornada.

A todos vocês, meu sincero agradecimento. Este trabalho é, também, fruto do apoio e incentivo que recebi de cada um de vocês.

## APRESENTAÇÃO DA AUTORA

Para iniciar essa dissertação considero pertinente abordar uma breve apresentação pessoal já que essa pesquisa carrega um pouco da minha personalidade, desejos e afinidades.

Desde o início da minha formação me vi incomodada pelas desigualdades sociais, e desde jovem busquei diferentes formas de promover um mundo mais solidário e igualitário. Inicialmente a partir de atividades voluntárias, ao longo da minha caminhada profissional fui me tornando mais crítica e engajada em diversos movimentos populares, tomando conhecimento da função essencial dos movimentos sociais na defesa dos direitos humanos. Minha formação foi sendo impactada pelas questões pertinentes à saúde pública e a saúde coletiva, e meu contato com a complexa e multifacetada realidade das pessoas me despertou interesse por atuar dentro da área da saúde mental.

Quando ingressei no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPR (4P) me senti por vezes deslocada, não era nem tão conhecedora dos aspectos gerais de política pública, economia e governança; tampouco de economia solidária. Enquanto a maioria dos meus colegas do grupo de pesquisa chegaram na saúde mental por meio do trabalho com a economia solidária, eu fiz o caminho contrário: cheguei na economia solidária por encontrar nela uma ferramenta de cuidado antimanicomial alinhado aos meus princípios e valores.

Algo que sempre me moveu foi a curiosidade, então mesmo que não soubesse de algo, a curiosidade me moveu para conhecer mais, descobrir mais, questionar mais e assim entender mais. Considero que essa pesquisa é impactada e acompanhada de intenções, afetos, mas também desafios e barreiras. Logo, na metade do percurso do mestrado fui chamada para assumir o processo seletivo público para atuar como profissional na Rede de Atenção Psicossocial de Curitiba.

Apesar de muito feliz com a oportunidade de voltar a trabalhar no campo que sempre foi minha principal escolha, renunciar à dedicação exclusiva do mestrado e da Bolsa da CAPES impactou diretamente a minha dissertação e minha atuação com a LIBERSOL.

Essa dissertação carrega toda a formação e inquietação que meus professores do curso de psicologia da UFPR plantaram; carrega também todo meu afeto pessoal na temática da saúde mental e meu sonho de ser uma pesquisadora socialmente engajada. Essa pesquisa carrega minhas motivações e angústias como trabalhadora do SUS da linha de frente de atuação na Rede de Atenção Psicossocial e meus afetos com a LIBERSOL.

## RESUMO

A inclusão social de pessoas em sofrimento psíquico no âmbito do trabalho tem como uma de suas possibilidades a Economia Solidária. Os campos da saúde mental e da Economia Solidária compartilham de princípios éticos e ideológicos e propõem alternativas contra a precarização da vida, desenvolvendo estratégias para o desenvolvimento de autonomia e propostas de geração de renda. Apesar de muita potência na interface destes dois campos, ainda são evidenciadas diversas fragilidades e desafios, logo, para enfrentar algumas problemáticas os empreendimentos econômicos solidários vêm se organizando em redes. O objetivo deste trabalho é sistematizar as ações desenvolvidas pela Rede de Saúde Mental e Economia Solidária - LIBERSOL para apoiar empreendimentos econômicos solidários no campo da saúde mental nos municípios de Curitiba e das cidades que integram a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) durante os anos de 2022 e 2023. A presente dissertação foi desenvolvida por meio da pesquisa-ação, os dados vivenciados foram sistematizados em diário de campo, e analisados a partir da abordagem hermenêutico-dialética. Foi identificado que a LIBERSOL passou no ano de 2022 por um período de reestruturação após a pandemia do coronavírus marcado por atividades voltadas ao engajamento dos antigos EES e da formação de novos grupos. Observou-se a importância das feiras de economia solidária da LIBESOL durante este período de reorganização da rede, além das atividades de construção de conhecimento e ações de advocacy desenvolvidas com os tomadores de decisão a fim de levar o debate da economia solidária e da saúde mental para a agenda pública.

**Palavras-chave:** Economia Solidária - Atenção Psicossocial - Saúde Mental

## ABSTRACT

One of the possible avenues for the social inclusion of individuals experiencing psychological distress in the workforce is through Solidarity Economy. The fields of mental health and Solidarity Economy share ethical and ideological principles and propose alternatives against the precariousness of life, developing strategies for autonomy and income generation proposals. Despite the significant potential at the interface of these two fields, various weaknesses and challenges are still evident. Thus, to address some of these issues, solidarity economic enterprises have been organizing into networks. The objective of this work is to analyze the actions developed by the Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de Curitiba e Região Metropolitana - LIBERSOL to support solidarity economic enterprises in the field of mental health in the municipalities of Curitiba and the cities within the Metropolitan Region of Curitiba (RMC) during the years 2022 and 2023. This dissertation was developed through action research; the lived data were systematized in a field diary and analyzed using a hermeneutic-dialectical approach. It was identified that LIBERSOL underwent a restructuring period in 2022 after the coronavirus pandemic, characterized by activities aimed at engaging former EES and forming new groups. The importance of LIBESOL's solidarity economy fairs was observed during this period of network reorganization, in addition to knowledge-building activities and advocacy actions with decision-makers to bring the debate on solidarity economy and mental health into the public agenda.

**Key-words:** Solidarity Economy - Psychosocial Care - Mental Health

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A LIBERSOL .....	21
FIGURA 2 – EIXOS DE ATUAÇÃO DA LIBERSOL.....	22
FIGURA 3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	31
FIGURA 3 - PNSM: CONSTRUÇÃO NORMATIVA .....	33
FIGURA 4 – RAPS .....	35
FIGURA 5 – INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ECOSOL NO BRASIL.....	41
FIGURA 6 – NOMEAR A FIGURA .....	50
FIGURA 7 - EES FLOR DO CAMPO EM FEIRA DA LIBERSOL .....	55
FIGURA 8 – MAQUINÁRIO MÃOS MÁGICAS .....	60
FIGURA 9 - PRODUTOS EES MÃOS MÁGICAS.....	60
FIGURA 10 – EES MÃOS MÁGICAS NA FEIRA DA LIBERSOL .....	61
FIGURA 11 – PROGRAMAÇÃO CULTURAL E SOCIAL DA FEIRA.....	70
FIGURA 12 – GRUPO LOUCO DE BOM NA FEIRA DA CONFERÊNCIA .....	75
FIGURA 13 – GRUPO MALUCO BELEZA NA FEIRA DA CONFERÊNCIA .....	75
FIGURA 14 – GRUPO ALTAS HABILIDADES NA FEIRA DA CONFERÊNCIA.....	76
FIGURA 15 – REPRESENTANTES LIBERSOL NA FEIRA DA V CNSM .....	77
FIGURA 16 – OFICINA DE AUTOGESTÃO EM SJP .....	85
FIGURA 17 – FEIRA EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.....	85

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ESTRUTURA DO DIÁRIO DE CAMPO .....	27
QUADRO 2 – CRONOGRAMA CURSO DE FORMAÇÃO .....	63
QUADRO 3 – QUADRO DE METAS – REUNIÃO GESTÃO .....	82
QUADRO 4 – ATIVIDADES LIBERSOL POR EIXO.....	87

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAG	Associação Arnaldo Gilberti
AFEPS	Associação Feira Permanente de Economia Popular Solidária
APAC	Autorização de Procedimentos de Alto Custo
CAPS	Centros de Atenção Psicossociais
CERSAMs	Centros de Referência em Saúde Mental
CNES	Conferência Nacional de Economia Solidária
DC	Diário de Campo
TO UFPR	Departamento de Terapia Ocupacional da UFPR
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
ECOSOL	Economia Solidária
FPP	Faculdades Pequeno Príncipe
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FMS	Fórum Social Mundial
FEAS	Fundação Estatal de Atenção à Saúde de Curitiba
FAEC	Fundo de Ações Estratégicas e de Compensação
GEPEL	Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão Loucura em Liberdade
IC	Iniciação científica
IES	Instituições de Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LIBERSOL	Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de Curitiba e Região Metropolitana
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTST	Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental
NAPS	Núcleos de Atenção Psicossocial
NUPE	Núcleo de Projetos Especiais
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organizações Panamericanas e Mundial de Saúde-
PNSM	Política Nacional de Saúde Mental
4P	Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas
PVC	Programa de Volta Para Casa
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná

RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RPB	Reforma Psiquiátrica Brasileira
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SMS	Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba
SUS	Sistema único de Saúde
UFPR	Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>18</b>
2.1 CAMPO DE INVESTIGAÇÃO .....	19
2.2 ESTRUTURA DA PESQUISA.....	25
<b>3 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>29</b>
3.1 SAÚDE MENTAL E REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL .....	29
3.2 POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL: CONSTRUÇÃO NORMATIVA .....	30
3.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PROPOSTA DE INCLUSÃO PELO TRABALHO	36
3.3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS .....	36
3.3.2 CONCEITOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	38
3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	40
3.5 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PROPOSTA DE INCLUSÃO PELO TRABALHO NO ÂMBITO DA SAÚDE MENTAL.....	43
3.6 REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	48
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>47</b>
4.1 DESAFIOS DA (RE) ATIVAÇÃO DA REDE NO CENÁRIO PÓS PANDEMIA E A PLURALIDADE NA ECOSOL.....	47
4.2 ESTRATÉGIAS PARA MOBILIZAÇÃO DE EES NA SAÚDE MENTAL .....	54
4.3 FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA LIBERSOL .....	67
4.4 LIBERSOL E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	79
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>90</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O campo da saúde mental no Brasil é marcado pelo movimento da reforma psiquiátrica. Iniciada na década de 1970, no contexto de luta pela redemocratização do país, a reforma psiquiátrica denunciou as precárias condições em que viviam os pacientes internados em hospitais psiquiátricos (Amarante, 2007; Amarante; Nunes, 2018; Tenório, 2002; Yasui, 2010).

A superlotação dos asilos, a enorme dificuldade em delimitar os limites entre loucura e sanidade, as evidentes funções de segregação de segmentos marginalizados da população, e as constantes denúncias de violência contra os internos, fomentaram as críticas ao hospital psiquiátrico em âmbito mundial. Neste contexto, algumas iniciativas espalhadas pela França, Inglaterra, Estados Unidos e Itália promoveram a tentativa de reformulação da atenção à saúde mental ao redor do mundo e inspiraram as transformações no Brasil.

De maneira propositiva, a reforma psiquiátrica brasileira (RPB) trabalhou para a desconstrução da atenção centrada no hospital psiquiátrico e propôs a implementação do modelo psicossocial. O modelo proposto organiza o cuidado em saúde mental a partir de dispositivos abertos, de caráter comunitário e territorial (Amarante; Torre, 2018; Amarante, 2007; Tenório, 2002; Pitta, 2016).

Logo, a partir das reflexões e proposições advindas do movimento da reforma psiquiátrica foi se estabelecendo, gradualmente, a substituição do hospital psiquiátrico por uma rede territorial de serviços de saúde mental, contando com diferentes pontos de atenção, dispositivos e estratégias de atenção psicossocial.

Tendo como um de seus marcos normativos a Lei nº10.216 de 2001, a reforma redirecionou a saúde mental no país. Além de propor a superação do paradigma manicomial, a RPB advogou pela inclusão social, promoção de direitos humanos e participação social e política das pessoas em sofrimento psíquico<sup>1</sup> (Amarante; Nunes, 2018; Amarante; Torres, 2018; Brasil, 2001; Tenório, 2002). A Lei da Reforma Psiquiátrica (Brasil, 2001) dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais<sup>2</sup> e redireciona o modelo assistencial em saúde mental; estabelece os direitos das pessoas em sofrimento psíquico grave

---

<sup>1</sup> O termo “sofrimento psíquico” foi adotado neste trabalho pelo fato do campo da saúde mental e da atenção psicossocial no Brasil preferir a utilização do conceito em detrimento das noções próprias da psiquiatria como de “doença mental” ou “transtorno mental”. O campo passou a adotar o termo pessoas em sofrimento psíquico para identificar a uma pessoa que sofre ou a experiência vivida por um sujeito (Amarante, 2007; Almeida, 2018, Souza; Maciel; Medeiros, 2018).

<sup>2</sup> Em alguns locais do texto se utiliza a terminologia “transtorno mental” quando citada diretamente da forma que é utilizada na legislação brasileira, como na Lei 10.216/01.

e persistente; retira a centralidade do tratamento em saúde mental em internamentos de longa duração em hospitais psiquiátricos; e decreta que o cuidado em saúde mental tem como finalidade permanente a reinserção social (Brasil, 2001).

Enquanto política pública, no ano de 2011 foi instituída a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Definida pela portaria GM/MS 3.088/11 (2011), a RAPS tem por finalidade a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento psíquico e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Dentre seus objetivos específicos, a RAPS prevê:

IV - Promover a reabilitação e a reinserção das pessoas com transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas na sociedade, por meio do acesso ao trabalho, renda e moradia solidária (Brasil, 2011).

A portaria GM/MS 3.088/11 configurou a RAPS a partir de sete componentes: atenção básica; atenção psicossocial especializada; urgência e emergência; atenção residencial de caráter transitório; atenção hospitalar; estratégias de desinstitucionalização; estratégias de reabilitação psicossocial.

O componente *estratégias de reabilitação psicossocial* compreende as iniciativas de inclusão pelo trabalho e geração de renda e destaca o desenvolvimento de atividades de empreendimentos solidários e cooperativas sociais. Essas iniciativas visam garantir melhoria das condições de vida, ampliação da autonomia, contratualidade social e inclusão dos usuários (Brasil, 2011).

A inclusão social de pessoas em sofrimento psíquico no âmbito do trabalho tem como uma de suas possibilidades a Economia Solidária (ECOSOL) (Amarante; Torres, 2018, Mazaro; Matsuura; Lussi, 2020; Lussi; Morato, 2012, Lussi; Pereira, 2011). A Economia Solidária, impulsionada pelas crises econômicas vivenciadas a partir da década de 70, tomou corpo no contexto brasileiro como uma proposta de organização societária do trabalho pautada nos princípios da solidariedade, igualdade, autogestão, cooperação com a comunidade e estruturada por meio de cooperativas, associações, grupos informais e outras formas de organização popular (Brasil, 2005; Singer, 2002).

A ECOSOL se constitui como uma alternativa ao sistema econômico capitalista e propõe uma nova forma de geração de trabalho que tem o ser humano como elemento central da atividade produtiva e econômica. Dentre suas características fundamentais, destaca-se a produção e consumo consciente, autogestão, adesão voluntária e participação democrática (Singer, 2002).

Dadas as dificuldades dos usuários dos serviços de saúde mental em responder às exigências próprias ao mercado capitalista, vem se estabelecendo uma parceria entre os campos da Economia Solidária e da saúde mental que possibilitam propostas concretas de inclusão social pelo trabalho (Andrade, et al., 2013; Barreto, et al., 2014; Morato; Lussi, 2015). O movimento da reforma psiquiátrica e da Economia Solidária tem em comum as propostas de centralidade do ser humano e a singularidade dos sujeitos; construção de outro projeto de sociedade, compartilhando princípios éticos, políticos e ideológicos, e propõem alternativas à precarização da vida (Brasil, 2005).

A articulação entre saúde mental e Economia Solidária ganhou força no âmbito das políticas públicas após importantes parcerias entre a área técnica de saúde mental do Ministério da Saúde (MS) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nos anos de 2004 e 2005. Nesse cenário, os empreendimentos econômicos solidários foram se constituindo como uma possibilidade concreta para geração de renda para usuários dos serviços de saúde mental no Brasil (Brasil, 2005). Essas importantes articulações fomentaram, nos Centros de Atenção Psicossociais (CAPS) e em toda RAPS, a constituição e apoio a iniciativas voltadas à inclusão social por meio da geração de trabalho e renda.

Apesar de muita potência na interface destes dois campos, ainda são evidenciadas diversas fragilidades e desafios, tais como: a escassez de recursos humanos e financeiros que se destinem ao fortalecimento dos empreendimentos solidários e grupos de geração de renda; falta de suporte do poder público para organização e comercialização de produtos e serviços; fragilidade na qualificação profissional; dificuldade na articulação intersetorial; escassez e fragilidade na regulamentação de políticas públicas específicas, entre outras (Ferro; Cardoso; Loureiro, 2015; Franzoloso; Ferro, 2021; Kinker, 2014; Lussi; Pereira, 2011).

Para enfrentar tais problemáticas e fortalecer sua capacidade de inserção e permanência no mercado e no cenário político-social, os empreendimentos econômicos solidários vêm se organizando em redes (Cruz, 2009). As redes de Economia Solidária são compostas por diversos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), instituições, entre outros atores sociais, que se organizam a partir da pluralidade de seu desenho organizacional e possibilitam a cooperação, a constituição de cadeias produtivas e o desenvolvimento de ações compartilhadas que buscam o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários de determinada região (Ferro, Franzoloso, Burnagui, 2020).

Nesse sentido, destacando o papel das redes de Economia Solidária para o fomento das iniciativas de inclusão social pelo trabalho, no estado do Paraná encontra-se a iniciativa da

*Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de Curitiba e Região Metropolitana (LIBERSOL)*, criada em 2017, que busca promover ações de fortalecimento dos princípios da reforma psiquiátrica e da Economia Solidária. Além de apoiar empreendimentos econômicos solidários, a LIBERSOL promove a construção de conhecimento e realiza ações de incidência política que apoiam a construção e execução de políticas públicas para o atendimento das demandas da população que abrange seu território.

Este trabalho tem como objeto central de pesquisa as ações desenvolvidas por esta rede loco regional de Economia Solidária - a LIBERSOL - para apoiar empreendimentos solidários no campo da saúde mental no território onde atua. Logo, essa pesquisa se propõe a responder: como a LIBERSOL atua no apoio e fomento dos empreendimentos solidários no campo da saúde mental em Curitiba e Região Metropolitana? Quais são as ações desenvolvidas, suas principais ferramentas utilizadas, e desafios encontrados?

O objetivo deste trabalho é sistematizar e descrever as ações desenvolvidas pela LIBERSOL para apoiar empreendimentos econômicos solidários no campo da saúde mental nos municípios de Curitiba e das cidades que integram a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) durante os anos de 2022 e 2023.

A presente dissertação está estruturada em cinco seções nas quais serão tratados os seguintes temas: a) Introdução; b) Percorso Metodológico c) Revisão de Literatura d) Resultados e Discussão e) Considerações Finais.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

*"Os cientistas dizem que os humanos são feitos de átomos, mas a mim um passarinho contou que somos feitos de histórias" (Eduardo Galeano, Os filhos dos dias)*

O presente capítulo apresenta o percurso metodológico que orientou o desenvolvimento desta dissertação. Para isso, será inicialmente realizada uma contextualização do objeto de estudo e campo desta pesquisa – a rede LIBERSOL –, seguida pela caracterização da pesquisa, discorrendo sobre sua natureza, o método aplicado, bem como os instrumentos utilizados para coleta de dados e técnica de análise dos resultados obtidos.

Esta pesquisa se desenvolve na interface entre os campos da Economia Solidária e da saúde mental, que oferece um rico espaço para que sejam investigadas as dinâmicas entre trabalho, saúde e inclusão social (Mazaro; Matsukura; Lussi, 2020). Por se tratar de um campo em construção, marcado pela multidisciplinaridade e pela complexidade das experiências envolvidas apresenta potencialidades e desafios inerentes.

Há dois pontos fundamentais desta pesquisa que precisam ser elucidados. O primeiro é a marca da coletividade, pois se trata de uma pesquisa imersa no contexto de uma rede que congrega diferentes pessoas ou entidades vinculadas ao campo da saúde mental e da Economia Solidária, e considera-se que todos estes agentes são coparticipantes desta investigação. Além disso, a pesquisa foi desenvolvida em conjunto com demais alunos, pesquisadores e professores do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão Loucura em Liberdade (GEPEL) vinculado ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná (4P/UFPR).

Além da coletividade, o segundo ponto fundamental da pesquisa é o comprometimento social. Os pesquisadores envolvidos neste projeto compreendem que a pesquisa científica pode contribuir para elucidar os desafios e potencialidades existentes na interface do campo da saúde mental e da Economia Solidária, e admitem sua participação na pesquisa e o comprometimento com a emancipação social das pessoas em sofrimento psíquico, buscando apoiar o enfrentamento das condições de alienação e opressão. Para isso, reconhecem que as escolhas metodológicas transcendem uma suposta neutralidade da ciência e que a opção de um método não é uma atividade isolada, mas um processo contínuo e reflexivo imerso em um contexto social.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, imersiva, crítica, coletiva, ligada à saúde coletiva, à Economia Solidária, e às práticas comunitárias. Parte-se da premissa que a pesquisa orientada por esses elementos pode resultar em impactos de transformação social em relação às

políticas públicas quando estabelecida com base em relações de colaboração entre a universidade, os serviços públicos de saúde e a comunidade (Aranha Silva, 2012).

## 2.1 CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

A presente pesquisa tem como campo de estudo uma rede loco regional de Economia Solidária, a **LIBERSOL – Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de Curitiba e Região Metropolitana**. Criada em 2017, a LIBERSOL se configura como:

Um espaço apartidário que congrega pessoas, representantes ou não de instituições, com interesses em promover formas solidárias de geração de trabalho e renda para pessoas em vulnerabilidade social, prioritariamente vinculadas ao campo da Saúde Mental (Ferro, 2021, p. 59).

A LIBERSOL foi criada após a realização da oficina “Economia Solidária e Saúde Mental: Inclusão Pelo Trabalho”, promovida por meio da parceria institucional entre o Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Paraná (TOUFPR), a Diretoria de Saúde Mental da Secretária Municipal de Saúde de Curitiba (SMS) e a Trilhas Incubadora Social Marista, em novembro de 2016. A oficina possibilitou a reunião de diferentes pessoas e organizações interessadas na concretização de ações de inclusão social pelo trabalho e dos princípios da Economia Solidária (Ferro, 2021; Franzoloso, 2022).

Ferro (2021) e Franzoloso (2022) expõem que a oficina foi um evento disparador da criação da rede e do comum acordo a respeito da relevância de mobilizar ações para o fortalecimento da interface do campo da saúde mental e da Economia Solidária. Foi a partir deste evento que os participantes concordaram em direcionar esforços para a configuração da LIBERSOL. Franzoloso (2022) apresentou a criação e manutenção da rede LIBERSOL e discutiu as primeiras estratégias utilizadas para ativação da rede.

A rede tem como foco ações destinadas aos usuários dos serviços de saúde mental e de grupos em situação de vulnerabilidade. Compõem a rede usuários e usuárias dos serviços de saúde mental participantes de empreendimentos solidários, trabalhadores e trabalhadoras de empreendimentos solidários, professores, estudantes e pesquisadores do campo da saúde mental, Economia Solidária e direitos humanos, entidades de apoio, profissionais da Rede de Atenção Psicossocial e gestores públicos.

Trata-se de uma rede dinâmica, e desde a criação da LIBERSOL diferentes pessoas e entidades fizeram parte dela. Atualmente participam da rede pessoas que representam diferentes

instituições como: trabalhadores e trabalhadoras de empreendimentos econômicos solidários, movimentos sociais, instituições de ensino superior, profissionais de saúde e representantes de outras redes loco regionais de Economia Solidária.

A rede é composta por múltiplos atores, instituições e empreendimentos solidários de distintas naturezas e em diferentes níveis de desenvolvimento. Durante o período de 2017 e 2018, em sua fase de estruturação, a LIBERSOL contava com a participação de um número bastante reduzido de empreendimentos solidários, sendo estes praticamente todos ligados ao campo da Saúde Mental, e contando com a participação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), mais especificamente com apoio do TOUFPR. A partir de 2019, com a consolidação da realização das feiras de Economia Solidária, novos interesses foram mobilizados, o que atraiu a participação de novos grupos, nem todos vinculados à Saúde Mental.

Desde a criação da LIBERSOL a UFPR é uma importante figura para sua consolidação, e conta com diferentes associações do estado do Paraná como a Associação Arnaldo Gilberti (AAG), Associação Utopia<sup>3</sup>, Rede Paranaense de Economia Solidária Campo-Cidade (Rede Mandala), Associação Feira Permanente de Economia Popular Solidária (AFEPS), além de representantes dos profissionais de Saúde da Fundação Estatal de Atenção à Saúde de Curitiba (FEAS), diferentes membros da comunidade acadêmica da UFPR e de outras instituições de ensino superior.

Integram a LIBERSOL representantes de Curitiba e de diferentes cidades da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). No período de 2022 e 2023, participaram das atividades da rede entidades, pessoas e EES de Curitiba e dos municípios de Colombo, Araucária, Piraquara, Pinhais e São José dos Pinhais (Figura 1).

---

<sup>3</sup> Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver é fruto da união entre empreendimentos de diversos segmentos da Rede Mandala.



FIGURA 2 – EIXOS DE ATUAÇÃO DA LIBERSOL



FONTE: A autora (2024).

O eixo de construção de conhecimento se fundamenta na proposta da rede em difundir e expandir conhecimento no que tange o âmbito da reforma psiquiátrica, Economia Solidária, direitos humanos e inclusão social. A LIBERSOL defende e promove a ideia de que para alcançar uma sociedade marcada pela solidariedade e apoio mútuo é necessária a construção conjunta de conhecimentos. Nesse sentido, as ações de construção de conhecimento são executadas por meio de formatos variados, dentre eles, a realização de cursos e oficinas voltadas para a formação em temas relevantes para a população em geral, comunidade acadêmica, profissionais de saúde e demais interessados.

Como atividades de construção de conhecimento também são utilizadas estratégias como reuniões mensais da rede, momento de construção coletiva de conhecimento, a partir da leitura de legislações, debate dos princípios da Economia Solidária e outras atividades direcionadas aos membros da rede. Também são destinados esforços para a produção de folders, cartilhas, materiais nas mídias digitais, dentre outras ações para promoção da construção de conhecimento.

A LIBERSOL também dispensa esforços na construção de conhecimento no que tange a divulgação científica das ações de Economia Solidária no âmbito da saúde mental a partir da apresentação de trabalhos em eventos científicos, publicação de artigos, e-books, capítulos de livro e construção de trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado na temática.

O apoio aos empreendimentos solidários se realiza a partir do fomento à criação de novos EES, principalmente para as populações vulneráveis, além de desenvolver estratégias que visem o desenvolvimento, formação e qualificação dos grupos existentes. Destaca-se neste processo o apoio à qualificação dos grupos por meio da busca por parceiros, realização de oficinas formativas, apoio na aquisição de insumos e materiais de produção, e apoio para a comercialização dos produtos a partir da articulação em feiras de Economia Solidária e na construção de uma loja da LIBERSOL.

A captação de recursos se caracteriza como terceiro eixo da LIBERSOL e representa o trabalho da rede na busca de recursos humanos e financeiros. A captação de recursos ocorre por diferentes estratégias desde a submissão de editais de financiamento público e privado, solicitação de emendas parlamentares, doações diretas e diferentes ações. A captação de recursos humanos tem como uma de suas potências a presença da UFPR na rede LIBERSOL, o que possibilita a integração entre ações de ensino, pesquisa e extensão com a inclusão de alunos de graduação e pós-graduação de diversas áreas do conhecimento na rede como aluno extensionista, pesquisador ou membro da rede para apoiar as diferentes necessidades dos EES.

O quarto eixo compreende as ações de *advocacy*, que podem ser conceituadas como:

[...] iniciativas de incidência ou pressão política, de promoção e defesa de uma causa e/ou interesse, e de articulações mobilizadas por organizações da sociedade civil com o objetivo de dar maior visibilidade a determinadas temáticas ou questões no debate público e influenciar políticas visando à transformação da sociedade (Libardoni, 2000, p. 2).

Neste eixo são executadas ações para a criação, desenvolvimento e fiscalização de políticas públicas voltadas às temáticas da Economia Solidária em sua interface com a saúde mental, inclusão social e direitos humanos. Além das diversas formas de participação popular e controle social nos fóruns, conselhos e conferências, organiza ações e processos junto ao Ministério Público, solicitando o apoio e destino de ações públicas para o fortalecimento das iniciativas solidárias, dentre outras atividades (Ferro, 2021).

As ações desenvolvidas podem muitas vezes fazer parte de mais de um eixo, como a realização das feiras, por exemplo, que tem como principal objetivo apoiar a comercialização

de produtos, mas em diferentes ocasiões pode funcionar como ponto estratégico para incidência política, com a visita de parlamentares; construção de conhecimento com a realização de oficinas dentro da feira; captação de recursos humanos com as estratégias de trabalho com os alunos de graduação e dos projetos de extensão da universidade.

Desde a criação da LIBERSOL em 2017, diversas estratégias foram utilizadas para a estruturação e fortalecimento da rede, dentre elas, as feiras de Economia Solidária representaram ação essencial para seu estabelecimento (Franzoso, 2022).

Em sua fase de estruturação, entre 2017 e 2018, a LIBERSOL contava com a participação de um número bastante reduzido de empreendimentos solidários, sendo estes praticamente todos ligados ao campo da Saúde Mental. A partir de 2019, após a estratégia de realização de feiras ser consolidada como um eixo estruturante, novos interesses foram mobilizados, o que conseqüentemente atraiu a participação de novos grupos, porém nem todos vinculados à Saúde Mental. Nesse sentido, até 2020, a LIBERSOL contava com aproximadamente 30 empreendimentos solidários envolvidos em suas funções, fornecendo ainda mais pluralidade à rede (Franzoso, 2022, p. 47).

A realização de feiras de Economia Solidária toma destaque no eixo de apoio aos empreendimentos solidários, uma vez que se configura como importante estratégia de comercialização de produtos e serviços dos EES. No ano de 2019 a rede contou com um calendário mensal de feiras, o que agregou diversos participantes, entre grupos de Economia Solidária vinculados a serviços de saúde mental, grupos mistos, empreendimentos mistos e empreendimentos não vinculados a saúde mental, mas vinculados a Economia Solidária do município e região. Para o ano de 2020, havia um planejamento para a realização de feiras semanais, que devido ao cenário mundial decorrente da pandemia da covid-19, foram desarticuladas (Franzoso, 2022).

Além das feiras e das diversas ações promovidas pela LIBERSOL, a rede conta com reuniões ordinárias toda última quinta-feira do mês, onde são estabelecidas as pautas para o debate, bem como realizada a organização das feiras e outros eventos; reuniões extraordinárias podem ser convocadas de acordo com a demanda do momento

Buscando apoiar a construção de conhecimento nesta interface tão sensível que é a da ECOSOL com a Saúde Mental, em 2019 o departamento de Terapia Ocupacional da UFPR (TO/UFPR) estruturou o projeto de pesquisa “Redes de Economia Solidária: potencialidades, barreiras e estratégias”, que compreende diferentes trabalhos científicos e atuação da extensão universitária – inclusive a presente dissertação. Os diferentes projetos são conduzidos pelo Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão Loucura em Liberdade (GEPEL), que congrega estudantes da graduação da Terapia Ocupacional da UFPR, de outros cursos de graduação, de

iniciação científica (IC), estudantes de projetos de extensão e pós-graduandos/as do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (4P), com ênfase em estudos, ações e pesquisa em saúde mental e Economia Solidária que envolvem a LIBERSOL, associações comunitárias de usuários da saúde mental, iniciativas e parcerias com serviços públicos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e outras entidades.

## 2.2 ESTRUTURA DA PESQUISA

A presente dissertação foi construída a partir da abordagem qualitativa. O método qualitativo se aplica ao estudo da história, das relações, das representações na investigação de grupos e segmentos delimitados (Minayo, 2014). Segundo Minayo (2003) a pesquisa qualitativa:

Responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalizações de variáveis (Minayo, 2003, p.22).

A pesquisa qualitativa busca descrever e compreender um fenômeno. Na presente dissertação assume-se que todo fenômeno é situado sócio e historicamente, logo considera-se inclusive o encontro entre os pesquisadores envolvidos com o "campo pesquisado" assumindo um papel de desconstrução da lógica da neutralidade da ciência (Iwai; Kauer; Ferro, 2024).

Atualmente o campo científico vem promovendo a elaboração e amadurecimento de diferentes metodologias qualitativas, enraizadas no contexto social e, portanto, compreendendo que conhecimento não pode ser generalizado, mas deve estar intimamente conectado às condições históricas, concretas e subjetivas do objeto em análise. Essa compreensão possibilita uma aproximação da ciência com a realidade, mas por outro lado abandona-se a pretensão do alcance de uma verdade absoluta (Ayres, 2013).

Nesta dissertação utilizou-se um tipo específico de pesquisa qualitativa, a pesquisa-ação. A pesquisa-ação é um método que propõe a integração do pesquisador ao fenômeno estudado, implicando-o como um dos agentes transformadores da realidade investigada. Além disso, supõe um conjunto de procedimentos técnicos e operativos para conhecimento da realidade, ou um aspecto dela, e tem como objetivo transformá-la pela ação coletiva.

Nesta metodologia compreende-se que o conhecer e o agir são indissociáveis e estão agregados em uma relação dialética (Baldissera, 2012). Este método é utilizado para o estudo

de ações e suas repercussões (Ferro, Franzoloso, Burnagui, 2020) e implica no planejamento e implementação de ações coletivas, análise do fenômeno e avaliação das mudanças ocorridas no decorrer do processo (Tripp, 2005).

Segundo Minayo (2014), a pesquisa-ação nasceu orientada para a solução de problemas concretos e como alternativa para promover a participação de grupos excluídos da sociedade nos processos sociais e sua integração também no debate político. A pesquisa-ação é concebida e realizada junto com intervenções sociais orientadas para a resolução de um problema coletivo, no qual se envolvem os investigadores e os participantes (Minayo, 2014).

A pesquisa-ação se configura como um arranjo para a construção de conhecimento em que os objetivos e passos da pesquisa são coletivamente construídos no interior do próprio campo de pesquisa em conjunto com os sujeitos pesquisados e participantes. Por isso, a presente metodologia valoriza os espaços coletivos e de interlocução entre pares e sujeitos sociais, envolvendo tanto pesquisadores como sujeitos envolvidos no campo de estudo como produtores de conhecimento (Silva, 1991; Otsuka, 2021).

Os processos práticos e participativos são essencialmente o coração da pesquisa-ação se acompanhados de intenções/objetivos comunitariamente definidos e da afirmação também de um conhecimento a ser coletivamente produzido (Iwai; Kauer; Ferro, 2024, p. X).

Sendo assim a prática da pesquisa-ação é permeada por processos reflexivos mediados. No decorrer desta pesquisa essa reflexão ocorreu principalmente nas reuniões da LIBERSOL, durante o processo de desenvolvimento das ações, como nas feiras e demais encontros, e especialmente nas reuniões semanais com demais pesquisadores e participantes do GEPEL.

Além disso, por se tratar de uma pesquisa que tem como campo de estudo uma rede que atua conforme um coletivo de pessoas, que congregadas trabalham por um objetivo em comum, considera-se que todos os participantes da LIBERSOL são responsáveis por produzir o conhecimento aqui descrito. Além disso, compõem essa pesquisa os estudantes e pesquisadores que integram o GEPEL, que atuavam diretamente no debate, discussão e reflexão acerca de cada passo caminhado durante todo percurso.

Neste sentido é importante salientar que a presente pesquisa não têm qualquer pretensão de neutralidade ou de afastamento com o objeto pesquisado. Em diversas outras abordagens metodológicas há uma preocupação para que as opiniões, valores e crenças dos pesquisadores permaneçam suspensas ou até mesmo supostamente desvinculadas do processo da pesquisa; já no trabalho embasado pela pesquisa-ação, o que se dá é o oposto: os pesquisadores assumem

um papel de envolvimento e são reconhecidos como sujeitos sociais e políticos na realidade em que se inserem.

Logo, como recurso metodológico na pesquisa-ação a técnica de coleta de dados utilizada foi a do diário de campo, que possibilita reunir e registrar as observações, comentários, reflexões, resultados das ações e impressões pessoais. O diário de campo facilita o hábito de observar, descrever e refletir com atenção os acontecimentos (Costa et al., 2021; Minayo, 2014). Na pesquisa em tela, o diário de campo organizou sistematicamente as situações vivenciadas, as percepções dos pesquisadores, bem como as estratégias utilizadas na resolução dos problemas e dos objetivos elencados e sua repercussão.

Segundo Kroeff; Gavillon e Ramm (2020) o diário de campo é um dispositivo que sistematiza narrativas permeadas por afetos e indicativas da importância do cotidiano na pesquisa, enquanto recorte histórico, social e político, e para Pezzato e L'Abbate (2011), as reflexões geradas a partir de ações dos pesquisadores registradas em diário de campo e compartilhadas com o coletivo de pesquisa, e outros sujeitos envolvidos, colocam em debate os conhecimentos e saberes. Os dados de realidade vivenciada por um dos participantes era sempre debatido no coletivo.

O diário de campo (DC) congregou informações objetivas, percepções e reflexões dos pesquisadores, advindas de sua participação nas reuniões da rede LIBERSOL, em reuniões entre os pesquisadores envolvidos, no projeto e no desenvolvimento de ações variadas elaboradas pela LIBERSOL voltadas a apoiar a Economia Solidária e seus empreendimentos, ao exemplo de ações de comercialização, advocacia, construção de conhecimento, entre outras. Além das percepções, impressões e discussões realizadas coletivamente nas supervisões do GEPEL.

O DC foi elaborado no período de 24 de março de 2022 a 18 de julho de 2023, e os relatos foram organizados em uma tabela do Excel com objetivo de facilitar a visualização dos dados e suas repercussões. O arquivo foi constituído conforme apresenta o quadro 1, abaixo.

QUADRO 1 – ESTRUTURA DO DIÁRIO DE CAMPO

Data	Categoria da vivência	Local	Relato da Situação	Estratégias	Tarefas	Repercussões
------	-----------------------	-------	--------------------	-------------	---------	--------------

FONTE: A autora (2024).

Para o tratamento dos dados foi utilizada a análise Hermenêutico-Dialética, a qual procura compreender os sentidos estabelecidos na comunicação entre os seres humanos considerando o contexto, cultura e as relações envolvidas e propondo uma análise

contextualizada em tempo histórico e social (Alencar; Nascimento; Alencar, 2012; Campos; Rodrigues; Moretti-Piris, 2012).

A abordagem une duas questões fundamentais: a hermenêutica e a dialética. Segundo Minayo (2014), a hermenêutica fundamenta-se na compreensão dos textos e da comunicação, partindo da linguagem como terreno da realização da intersubjetividade e do entendimento. A hermenêutica investe nas possibilidades da comunicação, mas a consideram em “seu processo finito, marcado pela história e pela cultura e, filosoficamente, propõe a intersubjetividade como o chão do processo científico e da ação humana” (Minayo, 2014, p .343).

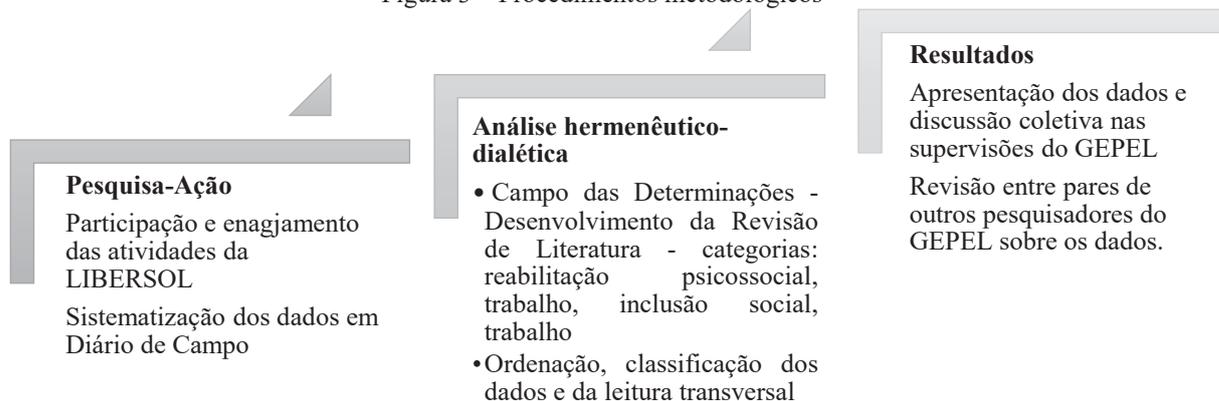
Enquanto a dialética se constitui como processo de revelação de novos aspectos e correlações, aprofundando a historicidade, as relações entre a base material e as representações da realidade (Minayo, 2014), a hermenêutica propicia o entendimento dos textos, dos fatos históricos, da cotidianidade e da realidade. Sobre compreensão, Minayo (2014) afirma que

Compreender implica a possibilidade de interpretar, de estabelecer relações e extrair conclusões em todas as direções. Mas compreender acaba por sempre sendo compreender-se. A estrutura geral dessa forma de abordagem atinge sua concreção na abordagem histórica, na medida que ai se tornam operantes as vinculações concretas e de costume, tradições e as correspondentes (Minayo, 2014, p. 337).

Por isso, concordando com as leis da dialética, para a hermenêutica, a compreensão é possível quando o pesquisador busca o máximo de dados históricos e o contexto dos dados, inclusive pretendendo evidenciar as contradições como algo permanente, para a construção de uma compreensão da realidade com crítica da realidade social presente.

Sob os aspectos éticos, esta dissertação está vinculada ao projeto de pesquisa “Redes de Economia Solidária: potencialidades, barreiras e estratégias”, aprovado pelo comitê de ética do setor de ciências da saúde da Universidade Federal do Paraná sob o número 05574918.7.0000.0102.

Figura 3 – Procedimentos metodológicos



Fonte: elaborada pela autora (2024)

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

*“Para navegar contra a corrente são necessárias condições raras: espírito de aventura, coragem, perseverança e paixão” ( Nise da Silveira)*

A interface entre saúde mental e Economia Solidária tem sido explorada no campo da construção do conhecimento e no campo das políticas públicas, a partir de importantes articulações interministeriais e de organizações da sociedade civil na busca de ferramentas de enfrentamento à exclusão social e econômica.

A fim de orientar o leitor quanto aos conceitos, definições e os campos de intersecção entre o campo da saúde mental e da Economia Solidária, eixos que guiam este trabalho, o presente capítulo apresenta uma revisão de literatura para fundamentar as discussões que serão abordadas.

#### 3.1 SAÚDE MENTAL E REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL

No Brasil, a Política Nacional de Saúde Mental (PNSM) define o cuidado às pessoas em sofrimento psíquico a partir do arranjo de uma rede que congrega diferentes serviços e ações em saúde mental articulados com recursos inter e intrassetoriais (Brasil, 2022). A PNSM preconiza o cuidado em saúde mental no nível comunitário e o respeito aos princípios éticos e aos direitos humanos (Brasil, 2022), e foi construída a partir dos pressupostos levantados pelo movimento da reforma psiquiátrica brasileira, que guiou a transformação de um modelo de atenção que era centralizado no hospital psiquiátrico para a implementação de um modelo pautado nas estratégias de cuidado no território, buscando, para além de um controle de sintomas e isolamento, a inclusão social e produtiva dos sujeitos em sofrimento psíquico.

A reformulação da atenção em saúde mental no Brasil retirou a centralidade do cuidado no hospital psiquiátrico e a atenção passou a ser sustentada a partir do modelo de reabilitação psicossocial. Contrapondo o modelo psiquiátrico, a reabilitação psicossocial compreende que o

cuidado em saúde mental engloba um conjunto de práticas intersetoriais de saúde, previdência, moradia, trabalho, escola, lazer e cultura (Pitta, 2016). Entende-se por reabilitação psicossocial o processo que facilita ao sujeito a restauração de sua autonomia (Pitta, 2016). Logo, envolve criar condições de possibilidade para que uma pessoa em sofrimento mental possa participar de trocas sociais.

Deste modo, a reabilitação psicossocial se constitui como modelo de atenção proposto para superar a prática do isolamento e lança mão de diferentes estratégias de desmontagem do modelo manicomial. Compreendido para além da criação de serviços substitutivos, tais estratégias visam a inclusão social da loucura e da diferença no campo do direito ao trabalho, do direito a cultura e do direito a cidade, por exemplo (Amarante; Torre, 2018).

Saraceno (2016) considera que a reabilitação é uma necessidade e exigência ética dos profissionais que atuam no campo da saúde mental. Reabilitar implica a reconstrução do poder contratual do usuário, ou seja, criar condições para que estes sujeitos possam participar do processo de trocas sociais. A proposta da reabilitação psicossocial defende que o profissional de saúde deve maximizar oportunidades de recuperação através do desenvolvimento de atividades individuais, familiares e comunitárias.

A prática da reabilitação psicossocial enquanto atenção aos quadros de sofrimento psíquico no Brasil foi instituída enquanto política pública de cuidado à saúde mental no Brasil principalmente com a instituição dos serviços que compõem a RAPS - Rede de Atenção Psicossocial.

### 3.2 POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL: CONSTRUÇÃO NORMATIVA

A reforma psiquiátrica brasileira é um processo social complexo, composta por amplos campos de debate e disputa e que não pode ser compreendida sem menção à sua origem como movimento social (Yasui, 2010). Podemos localizar a germinação do processo da reforma psiquiátrica no Brasil no contexto da eclosão de diversos movimentos sociais e do processo de redemocratização do país na segunda metade dos anos 70 (Amarante, 2007; Amarante; Nunces, 2018; Tenório, 2002; Yasui, 2010). Neste período de transição à democracia no Brasil, proliferaram diferentes movimentos sociais que lutaram por mudanças e justiça social.

Neste momento, diversas iniciativas populares ganharam amplitude, como por exemplo os movimentos organizados em torno de temas da saúde, como o movimento sanitário, movimento popular em saúde, movimento médio e o Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental (MTSM). Estas organizações promoveram discussões e propostas que ultrapassaram o

âmbito das questões relativas à reformulação do sistema de saúde, e levantaram pautas ligadas à redemocratização do país, melhoria nas condições de vida dos trabalhadores, além de elucidar as enormes desigualdades sociais e extensão da pobreza no Brasil (Amarante, 2007; Gerschman, 2004; Scarcelli, 1998).

Nessa conjuntura, algumas experiências inovadoras foram implementadas, como por exemplo, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Professor Luiz da Rocha Cerqueira, em São Paulo em março de 1987; e a intervenção, em 1989, na Casa de Saúde Anchieta em Santos (Amarante, 1998; Scarcelli, 1998; Yasui, 2010). Tais intervenções serviram como exemplos de possibilidades de criação de um modelo substitutivo ao hospitalocêntrico.

Em 1989, o projeto de Lei nº3657/89, que dispôs sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais, foi apresentado ao Congresso Federal, enquanto outros textos similares foram levados às assembleias legislativas de diversos estados. As propostas passaram a ser enriquecidas por iniciativas de âmbito global, como a Declaração de Caracas publicada pelas Organizações Panamericanas e Mundial de Saúde (OPAS/OMS).

O período de 1990 a 1996 foi marcado pela primeira gestão da Coordenação Nacional de Saúde Mental e pela publicação inaugural de portarias, que alteraram a forma de financiamento de serviços e permitiram o funcionamento de CAPS, oficinas terapêuticas e atendimentos em grupo financiados pelo SUS. A Portaria nº 224/92, por exemplo, formalizou as funções do NAPS/CAPS como unidades de saúde locais e regionalizadas, a carteira de serviços destes equipamentos, composição de equipe e outras definições (Costa et al., 2011; Borges; Batista, 2008; Yasui, 2010).

No ano de 2001, a chamada Lei da Reforma Psiquiátrica foi aprovada após doze anos tramitando no Congresso Federal. A Lei nº 10.216/01 dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Seu texto final foi resultado de diversas alterações do projeto original e regulamenta as internações psiquiátrica, aponta uma proposta de mudança do modelo assistencial e estabelece os direitos das pessoas com transtornos mentais.

Em 2002, após a III Conferência Nacional de Saúde Mental, foi publicada a Portaria nº 336/02, que apresentou as definições de atuação dos serviços dos CAPS, além de mudanças orçamentárias (Brasil, 2002, Costa et al., 2011; Borges; Batista, 2008; Yasui, 2010). O financiamento dos CAPS, a partir deste momento, passou a ser realizado por Autorização de Procedimentos de Alto Custo (APAC), o que tornou os recursos financeiros para estes serviços

parte do Fundo de Ações Estratégicas e de Compensação (FAEC) do Ministério da Saúde, criado pela portaria GM/MS 531/99 (Borges; Batista, 2008; Yasui, 2010).

A mudança do cuidado que antes era centrado no hospital psiquiátrico para o modelo de atenção a partir destes dispositivos comunitários e territoriais, como são definidos os CAPS, demanda um entendimento de que este serviço precisa fazer parte de uma rede substitutiva e que, portanto, é apenas uma das pontas que precisa existir para que o cuidado em saúde mental seja de fato transformado de um modelo asilar para um modelo psicossocial (Yasui, 2010). O período compreendido entre 2002 e 2006 abrigou grande parte das ações de expansão da rede de cuidados na saúde mental, inicialmente com a criação do Programa de Volta Para Casa (PVC), pela Lei nº 10.708/03, e com o desenvolvimento de ações de parcerias intersetoriais (Borges; Brasil 2005; Martins, 2009).

Dentre as parcerias intersetoriais, destaca-se a articulação para geração de renda no âmbito da saúde mental, a partir da cooperação entre o Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho e Emprego. Nesse cenário, os empreendimentos econômicos solidários foram se constituindo como uma possibilidade concreta para geração de renda de usuários dos serviços de saúde mental no Brasil (Moraes; Castro-Silva, 2016; Santiago; Yasui, 2015).

No ano de 2011, a Portaria nº 3.088 instituiu a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, que passou a ser a base da Política Nacional de Saúde Mental no Brasil até os dias de hoje.

A construção destes novos serviços e a normatização da Política de Saúde Mental pode ser amplamente encontrada na literatura e foi abordada por diferentes autores como Pitta (2016), Amarante (2007) e Yasui (2010). A figura 3 apresenta um infográfico com alguns marcos temporais na construção do campo da saúde mental brasileira.

FIGURA 3 - PNSM: CONSTRUÇÃO NORMATIVA



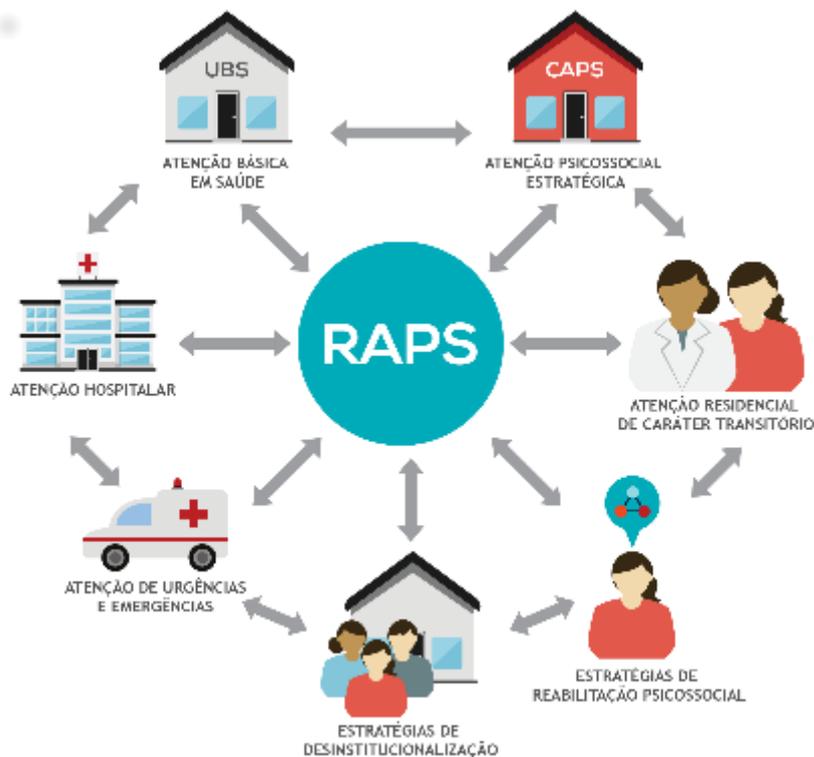
FONTE: A autora (2024).

A RAPS foi criada com a finalidade de ampliar e articular diferentes pontos de atenção à saúde, com objetivo de expandir o acesso à atenção psicossocial da população em geral, promover acesso das pessoas em sofrimento mental aos pontos de atenção, e garantir a articulação e integração dos pontos no território, qualificando o cuidado por meio do acolhimento, acompanhamento contínuo e atenção às urgências. A Portaria 3.088/11 define os objetivos específicos da RAPS, sendo eles

- I - promover cuidados em saúde especialmente para grupos mais vulneráveis (criança, adolescente, jovens, pessoas em situação de rua e populações indígenas);
- II - prevenir o consumo e a dependência de crack, álcool e outras drogas;
- III - reduzir danos provocados pelo consumo de crack, álcool e outras drogas;
- IV - promover a reabilitação e a reinserção das pessoas com transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas na sociedade, por meio do acesso ao trabalho, renda e moradia solidária;
- V - promover mecanismos de formação permanente aos profissionais de saúde;
- VI - desenvolver ações intersetoriais de prevenção e redução de danos em parceria com organizações governamentais e da sociedade civil;
- VII - produzir e ofertar informações sobre direitos das pessoas, medidas de prevenção e cuidado e os serviços disponíveis na rede;
- VIII - regular e organizar as demandas e os fluxos assistenciais da Rede de Atenção Psicossocial; e
- IX - monitorar e avaliar a qualidade dos serviços por meio de indicadores de efetividade e resolutividade da atenção.

A RAPS é composta por sete pontos de atenção e o desenho da rede pode ser visualizado na figura 2, a seguir. O componente de reabilitação psicossocial é o que compreende as estratégias de geração de renda, Economia Solidária e cooperativas sociais, conforme exemplifica a Portaria GM 3.088/11 que institui a RAPS.

FIGURA 4 – RAPS



FONTE: CENAT – Centro Educacional de Novas Abordagens Terapêuticas

Em Curitiba, por exemplo, a RAPS é composta pelos equipamentos da atenção primária – Unidades de Saúde e Consultório na Rua, Ambulatórios especializados, leitos na Unidade de Estabilização Psiquiátrica, Hospital Geral e Hospital Psiquiátrico. A RAPS de Curitiba apresenta uma fragilidade nos equipamentos de reabilitação psicossocial, como os Centros de Convivência e nas Unidades de Acolhimento, preconizadas pela Portaria do Ministério da Saúde 3.088/11.

A Portaria 3.088/11, portanto, reforça a necessidade da RAPS promover ações de reabilitação e reinserção por meio do acesso ao trabalho, renda e moradia solidária (Brasil, 2011). Tal documento ainda destaca, em seu componente de reabilitação psicossocial, as iniciativas de geração de trabalho e renda, empreendimentos solidários e cooperativas sociais. A portaria define que tais iniciativas devem articular redes com recursos disponíveis no território com objetivo de garantir melhoria das condições de vida e ampliar autonomia, contratualidade e inclusão social dos usuários.

O compromisso com a geração de trabalho e renda foi firmado inclusive de maneira procedimental, uma vez que a Portaria 854 de 22 de agosto de 2012 define as “ações de

reabilitação psicossocial” como um dos procedimentos dos Centros de Atenção Psicossociais (CAPS). Segundo a portaria, tal procedimento é definido como:

[...] ações de fortalecimento de usuário e familiares, mediante a criação e desenvolvimento de iniciativas articuladas com os recursos do território nos campos do trabalho/Economia Solidária, habitação, educação, cultura, direitos humanos, que garantam o exercício de direitos de cidadania, visando à produção de novas possibilidades para projeto de vida (Brasil, 2012).

Logo, as iniciativas de geração de trabalho e renda se destacam no âmbito da saúde mental como exigências éticas, uma vez que a estratégia possibilita a promoção de autonomia para as pessoas em sofrimento psíquico; exigências institucionais, postuladas pelas articulações entre pastas do Governo Federal; exigências normativas, já que os empreendimentos econômicos solidários fazem parte da estratégia de reabilitação psicossocial, um dos componentes da RAPS; e, também, uma exigência procedimental para os trabalhadores da saúde mental, como foi definido acima.

### 3.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PROPOSTA DE INCLUSÃO PELO TRABALHO

#### 3.3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Diante do desemprego crescente e do aumento significativo do número de trabalhadores expulsos do mercado formal de trabalho, algumas experiências de reinserção ao trabalho por meio de experiências econômicas de caráter solidário foram desenvolvidas desde o século XIX. Os saberes populares e solidários, acumulados ao longo do tempo, deram suporte para o desenvolvimento de experimentações associativas organizadas sob a forma de autogestão (Barfknecht; Merlo; Nardi, 2006).

A história a respeito da origem da Economia Solidária é contada de diferentes maneiras. Uma das vertentes históricas encontradas na literatura define que a ECOSOL tem suas bases advindas do movimento cooperativista, originado na Europa Ocidental dos séculos XVIII e XIX diante do cenário da Revolução Industrial e da introdução das máquinas a vapor nas fábricas, que marcaram a substituição da forma de trabalho humano e reestruturaram as relações de trabalho e produção (Singer, 2002; Rangel; Monolescu, 2012).

Singer, (2002); Rangel e Monolescu, (2012), ao realizarem a leitura da história da ECOSOL a partir dessa vertente, compreendem que a Revolução Industrial transformou significativamente as relações de trabalho e representou um marco de consolidação do capitalismo como modo de produção dominante. Desse modo, o advento da industrialização a

partir das transformações decorrentes do avanço tecnológico dos meios de produção e da intensificação do ritmo de trabalho, e a migração da população rural para os centros urbanos ocasionou aumento em massa do desemprego e intensificação da pobreza.

Diante dos efeitos excludentes do capitalismo industrial, surgiu o movimento cooperativista, marcado pelo trabalho associado sob princípios solidários, de ajuda mútua, associação entre iguais e na propriedade solidária (Singer, 2002; Rangel; Monolescu, 2012).

Segundo Singer (2022), o movimento cooperativista surgiu como reação da classe trabalhadora à exploração capitalista e proposta de enfrentamento às mazelas sociais, econômicas, o desemprego e a pobreza.

Nessa vertente ainda, a literatura destaca que os pensadores denominados “socialistas utópicos” pretendiam uma sociedade mais justa, solidária e sem desigualdade social (Rangel; Monolescu, 2012). Robert Owen, um dos precursores do cooperativismo europeu, propôs a construção de aldeias cooperativas que foram construídas ao redor de fábricas com o objetivo de os trabalhadores serem proprietários e gerirem os meios de produção coletivamente com objetivo de incluir parte da população pobre no processo produtivo, neste período Owen utilizava-se do termo *co-operation*, que significa “trabalhar junto” (Rangel; Monolescu, 2012).

Já outra vertente aponta para as iniciativas de origem latina. Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017) salientam que a partir dos anos 1970, com a crise da regulação keynesiana e o constante desequilíbrio social, novas formas de organização econômica baseadas na solidariedade emergiram em todo mundo.

Na América Latina, surgiram uma variedade de iniciativas solidárias, desde associações, empresas de autogestão, iniciativas locais, empresas sociais e outros. Essas iniciativas surgiram como resposta à exclusão das categorias sociais marginalizadas pelo sistema econômico (Veronese; Gaiger; Ferrarini, 2017). Segundo os autores, é importante ressaltar a diversidade das motivações subjacentes a essas experiências, que vão desde a busca por qualidade de vida, até uma racionalidade enraizada em lutas políticas e históricas e em suas culturas ancestrais.

Sendo assim, no Brasil e em toda América Latina é possível identificar raízes da ECOSOL em antecedentes longínquos, como por exemplo nos coletivos quilombolas, e outras formas de organização dos povos originários que se desenrolaram em resposta a mudanças sociais e econômicas e outras pautadas na necessidade de preservação de suas identidades culturais e modos de vida (Veronese; Gaiger; Ferrarini, 2017).

Portanto, essa vertente salienta que nos países do sul global, marcados pelo colonialismo e suas consequências, comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas tem integrado redes de Economia Solidária, mesmo antes da formação dessas redes, como estratégia para sustentar

coletivos e preservar suas formas de vida. Essas comunidades representam uma riqueza de saberes e práticas que foram suprimidas pela colonização e exploração capitalista, mas que continuam a florescer como expressões da resistência e solidariedade econômica (Veronese; Gaiger; Ferrarini, 2017).

Nesse sentido, no contexto brasileiro, autores defendem que a Economia Solidária emergiu como resposta à incapacidade da economia de mercado em garantir provimento às necessidades básicas da população, e em especial foi ganhando mais espaço a partir da implementação do modelo neoliberal no final da década de 1970 e início da década de 1980 (Iaskio, 2007).

Este período, marcado pela inserção do país no processo de globalização e do neoliberalismo, por meio da abertura do capital, da implementação de políticas de privatizações, e flexibilização das relações trabalhistas, levou a um aumento expressivo do desemprego e se constituiu como marco para a expansão da Economia Solidária no país (Ribeiro, 2021). Sendo assim, a Economia Solidária emergiu no Brasil como uma economia de resistência, defendendo a dimensão coletiva e igualitária do trabalho.

### 3.3.2 Conceitos de Economia Solidária

A tarefa de conceituar a Economia Solidária é por vezes considerada desafiadora, uma vez que se trata de um assunto relativamente novo. Paul Singer, um dos grandes nomes da Economia Solidária no Brasil, define a ECOSOL como:

A Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica (Singer, 2002, p.10).

O conceito (Economia Solidária) se refere a organização de produtores, consumidores, poupadores etc., que se distinguem por duas especificidades: estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão, e praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos (Singer, 2003, p. 116).

A literatura converge ao afirmar que a Economia Solidária se trata de uma forma de trabalho diferente do formato capitalista dominante, baseada nos princípios da solidariedade, autogestão e propriedade coletiva dos meios de produção. Laville (1999, p. 2) define ECOSOL como:

Um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta do mercado capitalista quanto a lógica do estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas tendo por objetivo o alcance de interesses individuais, a Economia Solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações aonde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade (Laville, 1999, apud Iaskio, 2007).

A economia de mercado capitalista é marcada, dentre diversos fatores, pela competitividade, o que produz uma desigualdade crescente. Nesta competição, os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens para as competições futuras, além da nítida vantagem daqueles que acumularam capital anterior, os que empobreceram vão sendo socialmente excluídos, o que produz uma sociedade profundamente desigual (Singer, 2002).

Logo, para que tivéssemos uma sociedade predominantemente igualitária, seria preciso uma economia de caráter solidário, ao invés de competitivo (Singer, 2022). Esta solidariedade implica que “os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir” (Singer, 2022, p. 35).

Neste contexto, a solidariedade se opõe à caridade, uma vez que o laço entre os sujeitos desiguais propõe uma reciprocidade em torno de objetivos em comum (Iaskio, 2007). Segundo Singer (2022, p. 35):

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo da empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões, esse é o princípio básico.

Por isso, na ECOSOL a autogestão é a característica que dá aos empreendimentos solidários o caráter de solidário e não de filantropo. A autogestão nega a separação entre os tomadores e executores de decisão, e transfere todo o poder de decisão para os trabalhadores (Iaskio, 2007).

Singer (2002) destaca que, para que a autogestão se realize, é preciso que todos os sócios se informem do que ocorre no EES e das alternativas disponíveis para resolução dos problemas. A autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores e pode ser difícil devido a insuficiente formação democrática da população. O autor salienta, ainda, que a prática autogestionária, como por exemplo participar das discussões e das decisões do coletivo, propicia um desenvolvimento humano aos participantes da Economia Solidária.

A carta de princípios publicada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) na III Plenária Nacional de Economia Solidária destaca que, apesar da diversidade na origem e dinâmica cultural, as múltiplas experiências da Economia Solidária apresentam como ponto de convergência a valorização social do trabalho humano, a busca por uma relação respeitosa com a natureza, os valores da cooperação e da solidariedade entre outros (FBES, 2003).

Desse mesmo modo, Mance (2003) apresenta o conceito de Economia Solidária salientando seus princípios essenciais:

O termo Economia Solidária abriga muitas práticas econômicas e não há um consenso sobre seu significado. Em geral ela está associada a práticas de consumo, comercialização, produção e serviços (entre os quais o de financiamento, em particular) em que se defendem, em graus variados, a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação, autossustentação, a promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas. Entretanto, nem todas essas características estão presentes nas diversas práticas concretas que são elencadas como economia solidária em estudos e análise distintas que temos encontrado (Mance, 2000, p. 1).

A Economia Solidária abarca unidades de organização econômica de cooperação e trabalho associado que são chamadas de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Para que uma organização seja reconhecida como um EES é necessário que seja uma organização coletiva; realize atividades de natureza econômica, socioambiental e cultural; seja organizada por meio da autogestão, cujos participantes exerçam coletivamente a gestão das atividades e a decisão sobre eles por meio de uma administração transparente e democrática; e que seja uma organização permanente (Brasil, 2010).

Essas características foram definidas em plenária da II Conferência Nacional de Economia Solidária (CNES) em 2010, para melhor compreensão a respeito do caminho de institucionalização da ECOSOL na agenda governamental brasileira.

### 3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Segundo Singer (2022), o programa da Economia Solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. O autor salienta ainda que o avanço da Economia Solidária não resultou inteiramente do apoio do Estado, mas sobretudo de um processo de luta das próprias comunidades e do apoio de entidades ligadas à universidade, sindicato e igrejas.

O crescimento do movimento da ECOSOL no Brasil foi fundamentalmente sustentado por instituições e entidades que apoiavam as iniciativas associativas comunitárias a partir da articulação de cooperativas, redes de produção e organização de eventos e feiras de Economia Solidária (Riberio, 2021).

No período do final dos anos 90 e início dos anos 2000, algumas experiências de Economia Solidária ganhavam corpo em cidades como Porto Alegre-RS, São Paulo-SP, Recife-PE, Belem-PA, o que influenciou participantes do segmento no primeiro Fórum Social Mundial realizado em 2001 em Porto Alegre. O Fórum foi marcado pela criação do Grupo de Trabalho brasileiro de Economia Solidária (Nicoladeli, 2007).

Com a mudança de governo e a entrada de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência da república em 2002, O GT brasileiro de Economia Solidária elaborou as proposições que levaram a criação do Fórum Nacional de Economia Solidária (FBES). O FBES objetiva assegurar políticas públicas voltadas para o campo da ECOSOL no governo federal (Nicoladeli, 2007).

A primeira Plenária Brasileira de Economia Solidária foi realizada em 9 e 10 de dezembro de 2002 em São Paulo. Logo em seguida, em janeiro de 2003, foi realizada a segunda Plenária durante o Fórum Mundial Social (FMS) em Porto Alegre. Na II Plenária Brasileira de Economia Solidária foi anunciada a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho e do Emprego, em que Paul Singer foi nomeado secretário; e a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) (Brasil, 2003).

O caminho da institucionalização da política de Economia Solidária no Brasil pode ser visualizado na figura 5 a seguir:

FIGURA 5 – INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ECOSOL NO BRASIL



FONTE: A autora (2024).

A institucionalização da política de Economia Solidária no Brasil se constituiu como um marco importante e serviu para o fortalecimento das suas mobilizações populares. Isso pois, como destaca a literatura, as pautas ligadas à Economia Solidária entraram na agenda governamental pela “porta dos fundos”, já que a Economia Solidária é uma estratégia própria da sociedade civil (Schiochet, 2011).

Neste sentido, Paul Singer retoma

A Senaes entende que sua missão é difundir e fomentar a Economia Solidária em todo o Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) (Singer, 2004, p. 4).

Segundo Nicoladeli (2007), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi criada para a elaboração e indução de políticas públicas promotoras de desenvolvimento local com inclusão social, e um de seus desafios foi de tornar as políticas públicas de economia solidaria ações de transversalidade com demais políticas públicas implementadas no Governo Federal. Neste sentido, a secretaria atua como:

(...) fomentador e articulador de políticas públicas para o desenvolvimento dos empreendimentos, instituições de pesquisa e organizações não governamentais inseridas no campo da Economia Solidária (Nicoladeli, 2007, p. 151).

A consolidação jurídica da Economia Solidária como política pública requer a constante e insistente articulação da sociedade civil e dos atores governamentais para a construção de um marco regulatório para além das iniciativas governamentais, constituindo em efetiva iniciativa estatal de caráter permanente em todas as esferas de nível municipal, estadual e federal. Outra característica importante da política pública de Economia Solidária no Brasil é a marca da transversalidade:

Por ser política de Estado para o desenvolvimento sustentável de toda a sociedade, dando ênfase aos setores que sofrem crescentes graus de pobreza, de violência urbana e rural, exclusão social e racial, por conta das transformações do capitalismo, esta política deve permitir a participação popular em sua elaboração para demandar ações transversais e estabelecer parcerias com várias áreas (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, tecnologia, crédito, cultura, comunicação, promoção de igualdade, gênero e raça, meio ambiente, entre outras) com o fito de criar um contexto de emancipação social e sustentabilidade do desenvolvimento e segurança alimentar (IPEA, 2006, p. 13).

Na I Conferência Nacional de Economia Solidária realizada em Brasília, em 2006, foram definidas uma série de orientações e estratégias para a construção da política de

Economia Solidária. Dentre suas características, salienta-se que a Economia Solidária se constitui no Estado Brasileiro como uma política que demanda ações transversais, articulando diferentes programas e ações. Um desses eixos transversais pode ser visualizado dentro da área da saúde, mais especificamente da saúde mental.

### 3.5 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PROPOSTA DE INCLUSÃO PELO TRABALHO NO ÂMBITO DA SAÚDE MENTAL

A Economia Solidária tem seu campo constituído por diferentes formas de associação, cooperativas, empresas auto gestionárias entre outros, formadas inclusive por pessoas excluídas do mercado formal de trabalho (Iaskio, 2007). Neste sentido, os usuários dos serviços de saúde mental enfrentam desafios relacionados à exclusão produtiva que o modelo capitalista impõe para aqueles que fogem da norma.

No sistema capitalista, quando as pessoas são classificadas de acordo com um padrão de normalidade e noção de produtividade, são excluídos do mercado sujeitos considerados inaptos ou improdutivos (Martins, et al., 2018). Portanto, para responder algumas dessas dificuldades vêm se estabelecendo uma profícua parceria entre os campos da Economia Solidária e da Saúde Mental, com propostas concretas de inclusão pelo trabalho (Andrade, et al., 2013; Barreto, et al., 2014; Morato; Lussi, 2015).

Os campos da saúde mental e da Economia Solidária têm como centralidade o ser humano e a singularidade do sujeito, preconizam a construção de outro projeto de sociedade, compartilham princípios éticos, políticos e ideológicos, e propõem alternativas à precarização da vida (Brasil, 2005).

[...] entre a Economia Solidária e a reforma psiquiátrica há uma vocação cooperativa inevitável. [...] O fundamental é que ambos nascem de uma matriz comum [...] nessa vontade de mudar a sociedade, de modo que ela possa ser uma sociedade mais generosa, mais inclusiva, mais solidária, etc (Brasil, 2005, p. 11)<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Registro de relato verbal fornecido por Pedro Gabriel G. Delgado presente como epígrafe no Cap. II da publicação do Ministério da Saúde “Saúde Mental e Economia Solidária: Inclusão Social pelo Trabalho” (2005).

[...] a Economia Solidária e o movimento antimanicomial nascem da mesma matriz – a luta contra a exclusão social e econômica. Uns são excluídos (e trancafiados) porque são loucos, outros porque são pobres. Há ricos, que enlouquecem porque empobreceram e há pobres que enlouquecem porque ninguém os nota (o que é uma forma particularmente cruel de exclusão). A matriz comum de ambos é uma sociedade que fabrica pobres e loucos de modo casual e inconsciente (Singer, 2005, p. 11).

A articulação entre saúde mental e Economia Solidária começou a ganhar força inclusive no âmbito das políticas públicas após importantes parcerias entre a área técnica de Saúde Mental do Ministério da Saúde, e a SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. A SENAES foi instituída no ano de 2003 com a proposta de estruturar a Economia Solidária como uma estratégia de geração de renda e trabalho no Brasil.

No ano de 2004 foi realizada a Oficina de Experiências de Geração de Renda e Trabalho (Brasil, 2005), onde o compromisso assumido pelos dois ministérios foi marcado no ano de 2005 pela Portaria Interministerial nº 353, de 7 de março de 2005, que destinou incentivo financeiro para municípios que desenvolvam projetos de inclusão social pelo trabalho destinados a pessoas com transtornos mentais e/ou de transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas, e demais providências. Tal parceria instituiu oficialmente a aliança da Saúde Mental e da Economia Solidária na pauta das políticas públicas brasileiras.

É importante reconhecer o caráter transversal das políticas de Economia Solidária no Brasil. Segundo Schiochet (2011) as políticas de ECOSOL:

[...] foram forjando sua identidade no interior de outras políticas, das políticas de trabalho e renda, de assistência social, de desenvolvimento rural, de desenvolvimento econômico etc. A Economia Solidária se apresentava como parte de outras políticas – políticas setoriais ou temáticas que a precederam na agenda dos governos e do Estado, e que a englobaram e não como uma política específica (Schiochet, 2011, p. 58).

Essa parceria entre os dois campos se estabeleceu, inclusive, como parte da Política Nacional de Saúde Mental a partir de 2011, quando dentro das normativas do campo da saúde mental foi possível encontrar a Economia Solidária como proposta que pode apoiar a construção efetiva da reabilitação psicossocial. Tal estratégia é evidenciada na Portaria 3.088, que institui a RAPS e determina o componente de reabilitação psicossocial. Segundo a Portaria:

Art. 12. O componente Reabilitação Psicossocial da Rede de Atenção Psicossocial é composto por iniciativas de geração de trabalho e renda/empreendimentos solidários/cooperativas sociais.

§ 1º As ações de caráter intersetorial destinadas à reabilitação psicossocial, por meio da inclusão produtiva, formação e qualificação para o trabalho de pessoas com transtorno mental ou com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas em iniciativas de geração de trabalho e renda/empreendimentos solidários/cooperativas sociais.

§ 2º As iniciativas de geração de trabalho e renda/empreendimentos solidários/cooperativas sociais de que trata o § 1º deste artigo devem articular sistematicamente as redes de saúde e de Economia Solidária com os recursos disponíveis no território para garantir a melhoria das condições concretas de vida, ampliação da autonomia, contratualidade e inclusão social de usuários da rede e seus familiares.

No campo da saúde mental, a Economia Solidária representa uma possibilidade de um outro olhar sobre a loucura propondo sua inclusão na comunidade e no território respeitando suas singularidades, fragilidades e potencialidades.

### 3.6 REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Diante dos desafios para o desenvolvimento das iniciativas de Economia Solidária, a literatura aponta o intercâmbio solidário, a geração de cadeias produtivas complementares e a implementação de redes como um dos caminhos pertinentes para o fortalecimento e viabilidade da ECOSOL, pois isoladamente os EES apresentam dificuldade de se sobrepôr à lógica do capital (Mance, 2000). Euclides Mance (2000), portanto, propôs a criação de um sistema em forma de redes interligadas e interdependentes que poderia viabilizar uma nova racionalidade econômica pautada nos princípios da cooperação e solidariedade.

A concepção de rede parte da ideia de que as unidades produtivas – os EES – que operam isoladamente tendem a fracassar, pois não conseguem superar a concorrência capitalista, logo, a alternativa das redes de colaboração baseia-se no trabalho conjunto para a conexão entre movimentos de consumo e de produção e a formação de cadeias produtivas que se retroalimentam.

As redes, portanto, congregam diversos atores sociais, cada um com suas potencialidades, empenhados no suporte às iniciativas, e apoiam processos de produção, comercialização, consumo, financiamento, desenvolvimento tecnológico, e outros. Além disso, a implementação de redes que conectam os EES permitem o fortalecimento da economia e uma transformação cultural, já que as redes apoiam a difusão de alternativas para o enfrentamento da pobreza e exclusão social (Mance, 2003).

Para o autor, a viabilidade das redes dependem da difusão do consumo solidário, de reinvestimentos coletivos de excedentes e da colaboração solidária entre todos (Mance, 2002).

A gestão de uma rede solidária deve ser democrática e caracterizada pela gestão participativa, coordenação e regionalização que visem assegurar a aurogestão de cada organização da rede como um todo.

Nesse sentido cada rede de economia solidária atua em um determinado território, as chamadas redes locais quando organizadas operam para

(...) atender as demandas imediatas da população por trabalho, melhoria no consumo, educação, reafirmação da dignidade humana das pessoas e do seu direito ao bem viver, ao mesmo tempo em que combatem as estruturas de exploração e dominação responsáveis pela pobreza e exclusão, e começam a implantar um novo modo de produzir, consumir e conviver em que a solidariedade está no cerne da vida (Mance, 2002, 3)

As redes de colaboração solidária permitem a união de diferentes atores sociais em um movimento orgânico com forte potencial transformador, além disso atendem as demandas imediatas de seus participantes, negam as estruturas de exploração do trabalho e passam a implementar incentivos a uma vida coletiva (Mance, 2002).

Sendo assim, destacando o papel das redes de economia solidária o presente trabalho pretende sistematizar as ações desenvolvidas pela *Rede de Economia Solidária e Saúde Mental de Curitiba e Região Metropolitana – LIBERSOL* para apoiar empreendimentos econômicos solidários no âmbito da saúde mental.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente capítulo apresenta algumas das ações e estratégias utilizadas pela LIBERSOL para apoiar empreendimentos econômicos solidários no campo da saúde mental nos municípios de Curitiba e da Região Metropolitana durante os anos de 2022 e 2023. Primeiramente será apresentada uma contextualização do momento em que essa investigação se iniciou, para na sequência discorrer sobre às ações realizadas, bem como suas repercussões e análises executadas.

Em primeiro lugar, é preciso salientar que essa pesquisa teve início em um período singular, marcado pela reorganização da LIBERSOL, da comunidade acadêmica e todos os âmbitos da sociedade em geral após o longo período de distanciamento social ocasionado pela pandemia do COVID-19.

Assim, o presente capítulo aborda as singularidades deste momento inicial e as ações subsequentes realizadas na retomada da rede para o fomento e apoio à Economia Solidária no âmbito da saúde mental.

### 4.1 DESAFIOS DA (RE) ATIVAÇÃO DA REDE NO CENÁRIO PÓS PANDEMIA E A PLURALIDADE NA ECOSOL

Em 2020, o mundo enfrentou uma adversidade inesperada, a pandemia do Coronavírus. Em 11 de março de 2020 foi decretada pela OMS a pandemia ocasionada pelo COVID-19 devido à altíssima taxa de transmissão da doença e sua propagação em nível mundial. A pandemia culminou em uma necessidade de reorganização da atenção à saúde, inclusive da saúde mental, das universidades e do âmbito do trabalho.

No decorrer dos anos de 2020 e 2021, foi necessária a implementação de medidas sanitárias para impedir o avanço da contaminação. Dentre essas medidas, foi orientada a suspensão de todas as atividades coletivas e priorizados atendimentos individuais, inclusive nos CAPS e serviços de saúde mental.

Devido a seu caráter eminentemente coletivo (Alvez; Bursztyn, 2009), a mobilização de empreendimentos solidários se torna difícil de ser realizada de maneira individual, ainda que os diversos empreendimentos solidários no Brasil tenham buscado na tecnologia e nas ferramentas digitais a proximidade para a garantia da continuidade dos empreendimentos (Beatriz, et al., 2021; Marins, et al., 2021), a LIBERSOL neste período também lançou mão de ferramentas digitais com a realização de feiras e eventos online, divulgação dos

empreendimentos nas redes sociais da LIBERSOL e outras ações. No entanto, o período pandêmico foi notável por dificuldades sanitárias, políticas e econômicas de modo que

[...] as restrições de circulação de pessoas e de isolamento social impostas pelos municípios e estados, com o intuito de conter o avanço do vírus, provocam impactos diretos no emprego e renda da população (Silva; Silva, 2020, p. 3).

A pandemia do coronavírus acabou por acentuar as desigualdades sociais, com maiores impactos principalmente dentre os trabalhadores informais, terceirizados e outros grupos (Costa, 2020). O período ocasionou aumento do desemprego e impacto direto na renda da população como um todo e, ao mesmo tempo, foi marcado pela fragilidade nas estratégias de geração de renda e inclusão pelo trabalho para pessoas em sofrimento psíquico, que constituem historicamente um público excluído do mercado de trabalho.

Neste momento, em Curitiba por exemplo, o cuidado em saúde mental se voltou à uma atenção ambulatorial, com abandono das ações de reabilitação psicossocial. Tal opção de atendimento contraria os princípios da reforma psiquiátrica e da RAPS que preconiza o cuidado comunitário e as ações de inclusão social (Brasil, 2011).

Na realidade, o enfraquecimento das ações de reabilitação psicossocial já vinha se tornando um desafio na atuação da saúde mental no Brasil nos anos anteriores à pandemia devido a uma série de mudanças no cenário das políticas públicas de Saúde Mental e de Economia Solidária (Burnagui; Ferro, 2024).

No período de dezembro de 2016 a maio de 2019 foram editados 15 documentos normativos, portarias, resoluções e decretos, que culminaram na publicação da nota técnica 11/2019 publicada pela Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, do Ministério da Saúde, que veio a chamar de “Nova Política Nacional de Saúde Mental”. Estas medidas levaram a reintrodução do hospital psiquiátrico na rede de atenção psicossocial e do aumento expressivo do aporte financeiro às comunidades terapêuticas (Araújo; Tornete, 2023).

No âmbito da Economia Solidária, a SENAES foi rebaixada ao status de subsecretaria no ano de 2018 e em 2019 transformada em um departamento da Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana, o que provocou a queda dos projetos aliados às propostas de geração de trabalho e renda (Burnagui; Ferro, 2024).

Ou seja, antes mesmo do impacto enfatizado pela pandemia no cuidado em saúde mental no Brasil, o cenário das políticas públicas destes núcleos sofreram alterações substanciais no que tange a orçamento e espaço dentro da agenda governamental, o que foi caracterizado por

Cruz et al. (2020) como um processo acelerado de desmonte dos avanços alcançados pela reforma psiquiátrica.

Com tais dificuldades expostas na vida dos sujeitos em vulnerabilidade, houve a preocupação em organizar saídas coletivas e solidárias com o acionamento de redes. Diversas formas de trocas foram sendo realizadas, como a participação em redes de ajuda mútua, de militância, de atividades táticas na busca de superação dos problemas cotidianos (Torrenté; Marques; Torrenté, 2023).

A LIBERSOL, nesse sentido, atuou tanto no apoio a empreendimentos solidários do campo da saúde mental na Região Metropolitana de Curitiba, quanto na ação solidária e no projeto “LIBERSOL não passa fome”. O apoio aos EES se deu principalmente na aquisição de insumos, organização de escalas de trabalho que evitassem aglomeração e garantissem continuidade do projeto e do trabalho do empreendimento, além da organização de eventos online para a comercialização dos produtos.

Foi criada a campanha de arrecadação de alimentos e doação para apoiar a produção e a distribuição de marmitas para populações vulneráveis, ação realizada com o apoio de diferentes instituições locais<sup>5</sup>.

Nesse contexto, o ano de 2022 se iniciou com um desafio urgente para a LIBERSOL: a necessidade de rearticulação da rede. A retomada ocorreu principalmente a partir de março de 2022, após o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFPR aprovar por unanimidade de votos o retorno das atividades letivas presenciais na universidade, em janeiro de 2022, e o governo do estado do Paraná revogar o decreto que indicava a obrigatoriedade do uso de máscaras em locais fechados, mantendo a indicação do uso para pessoas com sintomas gripais, em março de 2022.

Tais decisões indicaram que naquele momento era permitido o retorno das atividades presenciais. Assim, a partir da deliberação coletiva, foi possível pautar as próximas ações da LIBERSOL. A última reunião online da LIBERSOL ocorreu no mês de março de 2022 e nela foi definido o retorno das atividades presenciais da rede para o mês de abril de 2022 (Diário de campo, março de 2022).

A reunião do dia 31 de março de 2022 definiu o calendário das feiras de Economia Solidária da LIBERSOL e discutiu a necessidade de retomar as articulações in loco, isto é, dentro dos CAPS que buscam apoio da LIBERSOL para mobilizar grupos de Economia Solidária (Diário de Campo, março de 2022).

---

<sup>5</sup> A ação foi coordenada pelo MNPR e InRua e obteve apoio de diversas entidades e movimentos sociais como a LIBERSOL e de outras entidades como por exemplo da ONG Mãos Invisíveis.

Sendo assim, a primeira feira presencial da LIBERSOL após a pandemia do covid-19, ocorreu nos dias 27 e 28 de abril de 2022 e foi nomeada como “XVI Edição da Feira de Economia Solidária da LIBERSOL” (Figura 6). O evento ocorreu no Campus Botânico da Universidade Federal do Paraná e marcou o retorno das atividades presenciais da rede.

FIGURA 6 – NOMEAR A FIGURA



Fonte: A autora (2024) adaptado das redes sociais da LIBERSOL<sup>6</sup>

Desde 2017, a realização de feiras de Economia Solidária se destacou como uma importante estratégia desenvolvida pela LIBERSOL para a promoção do comércio de produtos e serviços de seus empreendimentos solidários. No ano 2019 a LIBERSOL realizava pelo menos uma feira por mês. Já em 2020 a rede contava com um planejamento para a realização de feiras semanais que não puderam ocorrer por conta da urgência sanitária ocasionada pelo cenário da pandemia.

A literatura aponta que uma das formas encontradas para garantir mercados para os empreendimentos econômicos solidários, além de fortalecer e disseminar os valores da ECOSOL, tem sido as Feiras de Economia Solidária (Schulz, et al., 2015, Rodrigues; Aguiar, 2012, Leite, 2015).

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/libersolpr/> Acesso em: 01/03/2024

Desse modo, estas feiras servem como vitrine para difundir o trabalho desenvolvido no meio da Economia Solidária e configuram-se também como um mercado específico para estimular o comércio dos produtos solidários. Tendo em vista a construção de uma cadeia de produção, comercialização e consumo responsável, solidário, sustentável e justo, de acordo com os valores de justiça social e solidariedade, promovidos e praticados pelos empreendimentos econômicos solidários, buscando também uma maior aproximação entre produtor e consumidor, as feiras de Economia Solidária têm assumido um papel central no que se refere ao fortalecimento desses valores e práticas comerciais alternativas baseadas na democracia, autogestão, cooperação, solidariedade, preservação ambiental e dos direitos humanos (Schulz, et al., 2015, p. 66).

A XVI edição da Feira de Economia Solidária da LIBERSOL, marco da retomada das feiras presenciais pós-pandemia, contou com a participação de 14 empreendimentos e apenas cinco destes empreendimentos eram compostos por grupos de usuários dos serviços de saúde mental: 1. ARAUSOL: Empreendimento do CAPS de Araucária; 2. Associação Arnaldo Gilberti; 3. Grupo Nascentes do CAPS AD de Piraquara; 4. Grupo de Culinária do CAPS Cajuru; 5. Grupo CAPS Colombo. Dos grupos da saúde mental que participaram da feira, a maioria compõe os CAPS de municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Dentre os grupos da capital paranaense, apenas um CAPS participou.

A menor participação dos grupos vinculados a saúde mental neste período do início de 2022 chamou atenção de toda a LIBERSOL, que voltou suas ações para o desenvolvimento de estratégias de fortalecimento desses EES, tanto dos grupos que já eram vinculados a rede antes da pandemia, quanto a proposta de fomento e criação de novos grupos (Diário de campo, março, abril de 2022).

A LIBERSOL neste momento estava marcada por dois movimentos importantes e que exigiam cuidado, por um lado a menor adesão dos grupos de saúde mental, por outro o aumento da procura de outros grupos e interesses em participar e agregar as feiras de economia solidária promovidas pela rede. Este movimento de procura de diferentes EES pela participação na rede já havia sido identificado em pesquisas anteriores (Franzoso, 2020).

Segundo Franzoso (2020) a realização das feiras de economia solidária da LIBESOL e o estabelecimento regular destes espaços de comercialização propulsionaram não só a consolidação da rede, mas também transformaram sua estrutura, agregando diferentes atores:

Em sua fase de estruturação, entre 2017 e 2018, a LIBERSOL contava com a participação de um número bastante reduzido de empreendimentos solidários, sendo estes praticamente todos ligados ao campo da Saúde Mental. A partir de 2019, após a estratégia de realização de feiras ser consolidada como um eixo estruturante, novos interesses foram mobilizados, o que conseqüentemente atraiu a participação de novos grupos, porém nem todos vinculados à Saúde Mental. Nesse sentido, até 2020 a LIBERSOL contava com aproximadamente 30 empreendimentos solidários envolvidos em suas funções, fornecendo ainda mais pluralidade à rede (Franzoso, 2020, p. 47).

Logo, a partir da implementação das feiras, e da potencialidade desses eventos como espaço de comercialização e de efetivação da geração de renda, observou-se um aumento do interesse no ingresso de grupos EES, nem todos com interface com a saúde mental. A LIBERSOL, a partir desse momento, passou a ser marcada pela pluralidade de EES e da presença de diferentes interesses.

Antes da pandemia a LIBERSOL possuía uma sistematização dos seus participantes, inclusive exposta no site da entidade (<https://libersol.org/>). No entanto, no período de reestruturação da rede após a pandemia, a sistematização dos participantes ficou comprometida uma vez que as forças de trabalho da LIBERSOL estavam destinando esforços em reinaugar os espaços de comercialização e fortalecer os grupos da saúde mental.

A partir do que foi vivenciado no decorrer desta pesquisa, pôde-se evidenciar que neste momento havia quatro categorias de participantes compunham a LIBERSOL:

- O primeiro grupo: caracterizado por empreendimentos econômicos solidários vinculadas à saúde mental - os quais englobam grupos e EES de diferentes CAPS, usuários interessados na temática e profissionais sensibilizados;
- O segundo grupo: caracterizado por empreendimentos econômicos solidários vinculados à Economia Solidária – grupos que participam de outros movimentos, associações ou organizações de Economia Solidária da região, como por exemplo a Associação Utopia, Associação Feira Permanente, Rede Mandala, Incubadora Tecnológica da UFPR e da UTFPR;
- O terceiro grupo: caracterizado por artesãos que não são vinculados a nenhuma iniciativa de Economia Solidária que ao conhecer a proposta da ECOSOL e participar das reuniões e formações acabam criando novos EES ou se unindo a grupos já existentes.

- O quarto grupo: contempla as instituições de apoio, como a comunidade acadêmica da UFPR e outras instituições de ensino superior interessadas em colaborar com a temática, além de lideranças comunitárias e outras entidades.

A presente pesquisa não investigou singularmente o funcionamento de todos os grupos e EES que compõem a LIBERSOL para avaliar se eles funcionam de fato sobre os princípios da autogestão e da propriedade coletiva dos meios de produção. A pesquisa em tela focou no acompanhamento dos EES advindos da saúde mental e o que se percebe é que os EES da saúde mental se constituem em um campo fértil para o estabelecimento de experiências econômicas solidárias visto que se constituem na coletividade. Na maioria das vezes os grupos de ECOSOL dos CAPS já se formam em torno de um meio de produção coletivo – como uma máquina de costura, ou uma máquina de retífica -, ou em torno de um espaço de produção coletiva – como uma cozinha comunitária, ou um espaço público (Diário de Campo, 2022, 2023).

Os diferentes grupos que compõem a LIBERSOL tornam evidente o caráter plural da rede. Pitaguari et al., (2013) salienta que as redes solidárias precisam ser redes plurais para que se devolvam de forma mais potente, integrando diferentes atores que incluam participantes do governo, movimento social, escolas, universidades, incubadoras e centro de pesquisa.

As redes de Economia Solidária, como a LIBERSOL, são estruturas organizacionais que conectam diversas iniciativas e entidades, e funcionam como meio de fortalecer e ampliar o impacto da economia solidária promovendo a colaboração, o intercâmbio de recursos, conhecimentos e experiências entre diferentes participantes.

Ainda que congregue estes diferentes grupos a rede mantém um objetivo comum: o de promover inclusão social por meio da geração de renda e trabalho de pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial. Sendo assim, o objetivo coletivo de destinar apoio aos EES com foco em pessoas em sofrimento psíquico é compartilhado por todos os participantes, com discussões levantadas mensalmente em todas as reuniões e espaços de debate que a rede se instala, defendendo os princípios alinhados à reforma psiquiátrica e à luta antimanicomial no seu encontro com a Economia Solidária.

A rearticulação da rede no início de 2022, foi marcada pela baixa adesão dos grupos da saúde mental, o que chamou a atenção de todos seus participantes e convocou a LIBERSOL a realizar ações e mobilizações coletivas para o desenvolvimento de estratégias de apoio à (re)configuração dos EES e/ou à sua revinculação com a rede.

## 4.2 ESTRATÉGIAS PARA MOBILIZAÇÃO DE EES NA SAÚDE MENTAL

Conforme abordado no decorrer desta dissertação, a Economia Solidária tem se apresentado como uma possibilidade de inclusão das pessoas em sofrimento psíquico no âmbito do trabalho (Lussi; Pereira, 2011; Tagliaferro, 2011), possibilitando concretamente o desenvolvimento de autonomia, ampliação da contratualidade e construção de projetos de vida (Andrade, et al., 2013; Barreto, et al., 2014; Carricio, 2019; Morato; Lussi, 2015).

A LIBERSOL, portanto, apoiando os princípios da reforma psiquiátrica e da Economia Solidária, busca desenvolver estratégias para o fomento de iniciativas de ECOSOL no contexto da saúde mental, como forma de apoiar a promoção da reabilitação psicossocial e de novas possibilidades de vida para as pessoas em sofrimento psíquico.

Tais estratégias englobaram diferentes frentes de trabalho, desde aquelas voltadas ao apoio e criação de novos grupos, contribuindo, por exemplo, para que algumas das oficinas de geração de renda se estruturassem como Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), marcados pela autogestão e pela propriedade coletiva dos meios de produção. Além disso, a rede desenvolve, em conjunto com cada EES, estratégias específicas que atuem sobre as dificuldades encontradas e promovam desenvolvimento. Neste sentido, são desenvolvidas ações para garantir a conquista e/ou a compra de materiais e insumos; para a organização de oficinas voltadas à formação e à qualificação dos EES, de seus produtos e processos de trabalho; assim como desenvolvidas estratégias para apoiar a comercialização.

Uma das ações de apoio à criação dos grupos de ECOSOL na saúde mental ocorreu no município de Piraquara. Piraquara tem uma população de 118.730 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e participa do chamado G100, que inclui municípios populosos com baixa renda per capita e alta vulnerabilidade socioeconômica (Frente Nacional de Prefeitos, 2010, 2020).

Piraquara têm dois CAPS, um voltado aos usuários em sofrimento psíquico graves e persistentes (CAPS II), e outro voltado aos usuários em sofrimento decorrente do uso de álcool e outras substâncias (CAPS AD). No momento de retomada das feiras presenciais da LIBERSOL, a gestora de um dos CAPS do município solicitou apoio da rede e foi realizada uma roda de conversa:

A coordenadora do CAPS AD Piraquara, convidou a LIBERSOL para conversar sobre Geração de Renda e Economia Solidária com a equipe do CAPS AD, II e do NASF do município, com intuito de discutir a temática e retomar as práticas para geração de renda. O CAPS AD já tem um EES chamado “Grupo Nascentes”, mais estruturado e que participa das feiras da LIBERSOL e outras feiras na cidade e, durante a reunião, surgiu a demanda de iniciar um grupo de ECOSOL no CAPS TM. Os estagiários de psicologia social da PUC participaram de alguns encontros para fomento do grupo (Diário de campo, abril de 2022).

Essa conversa disparadora levantou algumas estratégias para a criação de um grupo de Economia Solidária com os usuários do CAPS II. Dentre as estratégias utilizadas, primeiro houve a roda de conversa com os profissionais no início de abril, que teve como objetivo sensibilizar e formar os profissionais para atuarem dentro da perspectiva da ECOSOL. Em seguida, foram organizadas oficinas para os usuários do CAPS II, como oficina de panificação, de confeitaria, de autogestão e atividades direcionadas para a formação em Economia Solidária e qualificação dos produtos.

Com apoio significativo da equipe de profissionais, o grupo nomeado “Flor do Campo”, rapidamente se estruturou e inaugurou sua participação nas feiras da LIBERSOL na edição de junho de 2022. Desde este momento, os grupos Nascentes e Flor do Campo marcaram presença em diversas feiras e eventos, comercializando seus produtos e criando possibilidades de geração de renda para os usuários, como mostra a figura 7.

FIGURA 7 - EES FLOR DO CAMPO EM FEIRA DA LIBERSOL



Fonte: A autora (2024) adaptado das redes sociais da LIBERSOL<sup>7</sup>

Além do exemplo no município de Piraquara, outro caso de articulação in loco ocorreu com os profissionais do CAPS Cajuru, da cidade de Curitiba, que já possuía uma parceria

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/libersolpr/> Acesso em: 01/03/2024

anterior ao período da pandemia. Sendo assim, com a reorganização da LIBERSOL, foi retomada a articulação com antigos serviços parceiros.

No dia 19 de abril de 2022 foi realizada uma reunião com o CAPS Cajuru para o retorno das atividades de Economia Solidária no serviço e nela foi proposta ativação da cozinha equipada pela LIBERSOL para a realização de uma oficina de cookies (Diário de Campo, abril de 2022). No dia 25 de abril de 2022 foi realizada a primeira oficina de cookies com o grupo de geração de renda do CAPS Cajuru, cujo objetivo era realizar a produção dos doces para comercialização durante a XVI edição da Feira de Economia Solidária da LIBERSOL, a primeira feira da LIBESOL realizada após a retomada da rede no pós-pandemia. No entanto, o grupo acabou realizando a venda completa da produção no mesmo dia, o que mobilizou os usuários a retornarem nos dias seguintes para continuidade de produção e venda.

Esse momento se caracterizou como um pontapé para criação do EES Cozinha Maluco Beleza, composto por trabalhadores e trabalhadoras e profissionais da saúde vinculados ao CAPS Cajuru, com o apoio do departamento de Terapia Ocupacional da UFPR. A construção desse EES foi foco de análise na dissertação de mestrado de Iwaii (2024) e foi o primeiro EES a ocupar o espaço da loja/cantina da LIBERSOL.

A atuação *in loco* no CAPS Cajuru e no CAPS Piraquara evidenciam também a relação da LIBERSOL com a promoção de estágios e atividades de extensão como estratégia de apoio para os serviços de saúde mental promoverem ações de reabilitação psicossocial e de Economia Solidária.

A extensão universitária é uma prática acadêmica que visa estender os conhecimentos produzidos na universidade para a comunidade externa, promovendo a troca e construção de saberes e contribuindo para o desenvolvimento social, cultural e econômico (Pires, 2020). Por meio de diversas atividades, as instituições de ensino superior buscam conectar-se com a sociedade, ampliando seu papel para além das salas de aula. A extensão universitária não apenas enriquece a formação dos estudantes, proporcionando experiências práticas e contato direto com as demandas da sociedade, mas também fortalece os vínculos entre a universidade e a comunidade, fomentando o desenvolvimento humano e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Rodrigues; Prata; Batalha; Costa; Neto, 2013; Paula, 2013, Silva, et al, 2020).

A proposta de inserir a extensão universitária como parte integrante dos currículos de graduação vem sendo referida nacionalmente pela expressão *curricularização da extensão*. A curricularização da extensão universitária surgiu primeiramente no Plano Nacional de Educação 2001-2010, instituindo a obrigatoriedade de 10% dos créditos curriculares exigidos

para a graduação integralizados em ações extensionistas. Essa obrigatoriedade reapareceu no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014-2023, na estratégia 7 da meta 12 assegurando “no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Brasil, 2014).

Como defende Gadoti (2017), a curricularização da extensão faz parte, de um lado, da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade e, de outro, da necessária conexão da universidade com a sociedade, realçando o papel social da universidade, bem como a relevância social do ensino e da pesquisa. Corroborando com esta ideia, Pereira e Vitorini (2019) descrevem que a compreensão sobre a extensão universitária não se restringe ao processo extensionista, mas que, em sentido mais amplo, está relacionada a um novo olhar sobre as práticas de formação universitária. Com isso a extensão:

é considerada a partir da indissociabilidade entre pesquisa e ensino; da troca de saberes; da relação transformadora entre universidade e sociedade; da interdisciplinaridade; da relação dialógica; no reconhecimento e respeito do saber popular; na horizontalidade (Souza; Pereira, 2015, p. 83).

Silva et al. (2020) salientam que nas últimas duas décadas a Economia Solidária tem se consolidado como um canal importante para a orientação de projetos extensionistas. Tais iniciativas apresentam propostas no auxílio de grupos produtivos e organizações sociais para a geração de trabalho e renda na perspectiva do associativismo e da autogestão, especialmente em territórios com maiores índices de vulnerabilidade.

Aranha e Silva (2012) analisou o conhecimento produzido na experiência da extensão universitária dentro do âmbito da Economia Solidária e da saúde mental, sustentando que a atuação extensionista reafirma os compromissos sociais e a responsabilidade na formação profissional do cidadão. Segundo as autoras, as atividades aumentam o conhecimento prático dos estudantes e os auxiliam na formulação de uma visão mais crítica e ampliada da profissão, gerando novas abordagens e possibilidades na atenção à saúde.

Aranha e Silva (2012) destaca ainda que a “prática da extensão universitária no cenário das políticas públicas intersetoriais de saúde mental e Economia Solidária produz mudanças significativas na vida das pessoas envolvidas” (Aranha-Silva, 2014, p. 80).

Como apontam Silva et al. (2020), a prática extensionista é indissociável do ensino e da pesquisa

[...] pois parte de situações e demandas concretas e mobiliza diversas capacidades para a busca de soluções, permitindo a abertura de horizontes inesgotáveis de aprendizado entre os atores envolvidos, para dentro e para fora dos limites dos campi universitários. Ou seja, a prática extensionista em empreendimentos coletivos que demandam conhecimento técnico para o enfrentamento de problemas cotidianos concretos permite uma interação de conhecimentos e saberes que flui nas duas direções, enfatizando uma relação dialética de ensino-aprendizagem (Silva, et al., 2020, p. 129).

Assim como as ações de ensino-pesquisa-extensão são destacadas na literatura como estratégias de fomento da Economia Solidária no âmbito da saúde mental, a LIBERSOL utiliza-se da sua potência por meio da parceria com o GEPEL, vinculado ao Departamento de Terapia Ocupacional e ao Curso de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFPR, além de atividades desenvolvidas por outras IES, como a Faculdades Pequeno Príncipe e da Pontifícia Universidade Católica (Diário de Campo, 2022 e 2023).

O GEPEL desenvolve atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão, promovendo grupos de estudo, cursos e palestras (Diário de campo, abril e maio de 2022), desenvolvendo pesquisas com o envolvimento de iniciações científicas, trabalhos de conclusão de curso, mestrados e doutorados, sempre vinculados às ações extensionistas a partir da atuação e do escopo da LIBERSOL.

Além disso, os estudantes vinculados ao GEPEL têm a meta de apresentar ao menos um trabalho por semestre em simpósios, congressos e eventos científicos para estimular a divulgação científica do campo da saúde mental e da Economia Solidária, e se dedicam à publicação de artigos, capítulos de livros e cartilhas, organização de cursos, eventos, ações de difusão científica, etc., contribuindo para a construção de conhecimento na temática.

A Economia Solidária se apresenta hoje como um campo em construção (Silva, 2018), marcado pela multidisciplinaridade, o campo se encontra fomentado por diversas áreas do saber e aliado a múltiplos instrumentos de pesquisa (Silva, 2018). A produção do conhecimento na temática ainda é recente, logo, as pesquisas no campo são importantes ferramentas para fomento e desenvolvimento da ECOSOL (Santos, 2018).

Finalmente, destaca-se a importância do papel da universidade, não apenas como fomentadora dessa temática no meio científico, mas também como ator social decisivo no processo de concretização do conhecimento produzido e também de apoio a políticas públicas em Economia Solidária. É fundamental considerar o desenvolvimento científico em âmbito universitário como importante etapa do processo de consolidação da Economia Solidária no país, como alternativa ideológica ao capitalismo e oportunidade para geração de emprego e renda à população (Santos, 2018).

Todas as ações da LIBERSOL, em suas diferentes frentes de trabalho, contam com atuação de alunos de graduação e pós-graduação em atividades de ensino, pesquisa e extensão em que promovem não só a ação comunitária e recursos humanos necessários para implementar as ações, como também permitem, assim como esta dissertação, a sistematização dessas experiências a fim de promover a difusão científica deste conhecimento elaborado.

Uma outra forma de atuação da LIBERSOL no apoio e fortalecimento dos grupos e EES no âmbito da saúde mental refere-se ao empréstimo e aquisição de materiais de produção, desde doação de máquinas de costura, linhas, tecido, materiais recicláveis, assim como aquisição de máquinas novas; além do fortalecimento dos grupos a partir das estratégias de captação de recursos financeiros e humanos.

Essas atividades podem ser exemplificadas com as ações destinadas ao Grupo Mãos Mágicas, do CAPS Bairro Novo. As ações de fortalecimento deste grupo ocorreram de diferentes formas. A princípio, o serviço contava com ações de estagiários de Terapia Ocupacional que desenvolveram junto com o professor orientador metas direcionadas para o desenvolvimento da Economia Solidária e geração de renda no CAPS. Destaca-se a participação de uma profissional da equipe sensibilizada pela temática, e que participou do curso de formação ofertado pela LIBERSOL para os profissionais de saúde resultou em um importante engajamento da equipe na consolidação dos grupos.

Logo, com apoio dos estagiários e de profissionais engajadas, foi iniciado um grupo de artesanato para a confecção de chaveiros e materiais de resina. O grupo recebeu apoio da rede LIBERSOL com a aquisição do equipamento necessário para sua produção, além da ministração de uma oficina dirigida por membros da LIBERSOL, que também confeccionam materiais de resina. A partir destas estratégias, tanto a estrutura para a produção como o apoio para a qualificação do produto e sua comercialização puderam ser alcançados, como evidencia a figura 8.

FIGURA 8 – MAQUINÁRIO MÃOS MÁGICAS



FONTE: A autora (2024) adaptado das redes sociais da LIBERSOL <sup>8</sup>

A doação do material, em março de 2023 (Diário de Campo, março de 2023), permitiu ao grupo aumentar sua produção, qualificar seus produtos e, conseqüentemente, aumentar suas vendas e a distribuição monetária entre os trabalhadores e trabalhadoras do grupo.

Com isso, em 2023 o Grupo Mãos Mágicas consolidou sua participação nas Feiras da LIBERSOL, estando presente em todas as demais feiras da rede realizadas durante o ano, o que vem fortalecendo cada vez mais sua potência como estratégia de geração de renda. Hoje o grupo conta com um perfil em rede social própria e aceita encomendas, além da venda nas feiras.

FIGURA 9 - PRODUTOS EES MÃOS MÁGICAS

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/libersolpr/> Acesso em: 01/03/2024



FONTE: A autora (2024) adaptado das redes sociais da LIBERSOL<sup>9</sup>

FIGURA 10 – EES MÃOS MÁGICAS NA FEIRA DA LIBERSOL



FONTE: A autora (2024) adaptado Redes Sociais da LIBERSOL<sup>10</sup>

Uma das fragilidades da Economia Solidária no âmbito da saúde mental, destacada pela literatura é a falta de formação dos profissionais de saúde para atuarem com as propostas de ECOSOL. A pesquisa de Morato e Lussi (2015), a qual teve como objetivo identificar os desafios implicados no desenvolvimento de práticas de geração de trabalho e renda no âmbito da saúde mental, identificou a fragilidade na formação profissional no que tange aos

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/libersolpr/> Acesso em: 01/03/2024

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/libersolpr/> Acesso em: 01/03/2024

conhecimentos, habilidades e ferramentas para lidar com aspectos concretos do trabalho e sua dimensão econômica.

Neste sentido, a LIBERSOL organiza as ações voltas à construção de conhecimento de diferentes formas, partindo das necessidades observadas dos grupos e empreendimentos participantes. As estratégias envolvem desde o desenvolvimento de cursos sobre a temática; oficinas sobre autogestão, projeto terapêutico singular; oficinas de apoio na produção e comercialização dos produtos; fomento da educação permanente em saúde; fomento da educação popular nas feiras de Economia Solidária e em outros espaços da sociedade; produção de cartilhas, capítulos de livros, artigos e dissertações para difusão do conhecimento científico; dentre outras estratégias.

Essas ações trabalham com objetivo de difundir e expandir conhecimento sobre a Economia Solidária, saúde mental, direitos humanos e inclusão social.

As práticas de Economia Solidária envolvem uma mudança cultural que só a formação pode estabelecer. A Economia Solidária está fortemente ligada à necessidade de formação cultural. Trata-se de uma mudança profunda de valores e princípios que orientam o comportamento humano em relação ao que é e ao que não é sustentável. A eficiência econômica está ligada não só a valores econômicos, mas também a valores culturais das práticas solidárias (Gadotti, 2009, p. 33).

A falta de conhecimento teórico e técnico para implementação da Economia Solidária no âmbito da saúde mental por parte dos profissionais de saúde foi pontuada em reunião com a gestão de saúde mental como uma das fragilidades dos profissionais que compõem a rede de saúde mental de Curitiba (Diário de campo, maio de 2022). A partir desta reunião foi traçado um plano estratégico em conjunto com a gestão com a proposta de realização de um curso voltado para os servidores que atuam diretamente nos CAPS.

Ao evidenciar tal dificuldade no processo formativo dos profissionais de saúde, Morato e Lussi (2015) destacam a necessidade de explorar as possibilidades de agregar conhecimentos acerca do trabalho, novas ferramentas, recursos e conhecimentos que instrumentalize para estar neste lugar e concretizar uma proposta de trabalho.

As autoras salientam a importância de incluir a temática na grade curricular dos cursos, de considerar o investimento na formação do profissional desde a graduação e de promover formações complementares na área. Sobre tais possibilidades, as autoras destacam que:

Destaca-se, entretanto, que estas alternativas, para compor a formação do profissional, precisam necessariamente estar articuladas à realidade atual do modo de produção vigente, o capitalismo, e seu antípoda emergente, a Economia Solidária, pois só assim é possível discutir a perspectiva de um trabalho real aos usuários da saúde mental, que precisa estar balizado às tensões e aos desafios que emergem das exigências do mercado de trabalho. Acredita-se que o investimento em formação para os profissionais é um dos pilares para que se possa pensar a questão do trabalho como direito aos usuários da saúde mental. Ou seja, desvinculado da perspectiva do tratamento e, conseqüentemente, da roupagem de um recurso de intervenção, instaure-se a possibilidade de discussão sobre a real função social e econômica do trabalho, bem como a necessidade de ressignificação deste na vida dos sujeitos, o que se alcança por meio do trabalho de profissionais preparados e abertos à compreensão do trabalho sob esta concepção (Morato; Lussi, 2015, p. 739).

Além disso, a literatura aponta que uma das dificuldades para a concretização do processo de cuidado e inclusão social dos usuários de serviços de saúde mental consiste no estigma social atribuído ao louco ou ao usuário de drogas (Sanchez; Veccia, 2018). A ideia de que a pessoa em sofrimento psíquico é um sujeito incapaz, tanto de governar sua vida como de trabalhar ainda permeia a população em geral e em diversas categorias profissionais.

Sendo assim, em uma das propostas para enfrentar a fragilidade quanto ao conhecimento teórico-técnico dos profissionais de saúde na área, a LIBERSOL realizou o curso “Economia Solidária, geração de renda, possibilidades de inclusão pelo trabalho para pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial”, que foi ofertado presencialmente no segundo semestre de 2022, a partir de necessidades observadas desde a retomada das feiras da LIBERSOL.

Corroborando com a perspectiva defendida pela literatura, o curso foi estruturado com diferentes temáticas (Quadro 2) que contaram com a discussão das possibilidades de prática em rede, políticas públicas, projeto terapêutico singular, redução de danos, ressignificação dos processos de trabalho, entre outros.

QUADRO 2 – CRONOGRAMA CURSO DE FORMAÇÃO

<b>Data</b>	<b>Aula</b>
<b>11.08.22</b>	Introdução à ECOSOL e possibilidades de prática intersetoriais
<b>18.08.22</b>	Economia Solidária, Cooperativismo Social e Saúde Mental: Conceitos, políticas públicas e aproximações
<b>25.08.22</b>	Reabilitação Psicossocial, redução de danos e inclusão pelo trabalho
<b>01.09.22</b>	Economia Solidária ITCP's e suas intersecções: experiências nacionais
<b>15.09.2022</b>	Economia Solidária e inclusão social: gestão de projetos e redes
<b>22.09.2022</b>	Economia Solidária e Inclusão Social: vivência na reunião da LIBERSOL

FONTE: A autora (2024)

Parte das equipes profissionais compreendem os usuários do serviço como pessoas fragilizadas, com poucas capacidades cognitivas e habilidades sociais para participar de um grupo de geração de trabalho e renda. Essas percepções, que carregam uma conotação de incapacidade e de estigma dos usuários do serviço, afastava, logo, destes sujeitos a possibilidade de construir novas formas de gerar renda de inclusão social.

Nesse sentido, as propostas de formação para os profissionais de saúde precisam partir da sensibilização da temática, perpassar o debate da reforma psiquiátrica e dos princípios doutrinários da Economia Solidária, mobilizar profissionais e mostrar as ações exitosas, e evidenciar as possibilidades da Economia Solidária no âmbito da saúde mental

Uma das estratégias para essa sensibilização e formação é a utilização de metodologias ativas. As metodologias ativas são metodologias nas quais o aluno é o protagonista central, enquanto os professores são mediadores ou facilitadores do processo. Logo, o aluno é instigado a participar por meio de trabalhos em grupo, discussão de problemas e outras estratégias para ser retirado da posição de puro receptor de informações para um contexto em que poderá desenvolver novas competências, tornando-se o centro do processo de ensino-aprendizagem. Um dos exemplos de metodologias ativas é o ensino através de projetos e da solução de problemas, nos quais o aluno é desafiado a realizar tarefas de análise, síntese, avaliação (Lovato et. al., 2018; Jacobovski. Ferro, 2021).

No exemplo do curso em questão, além das discussões sobre ECOSOL e saúde mental serem apresentadas em sala de aula, os participantes foram convidados a vivenciar essas experiências no intervalo do curso, ao comprar um café diretamente produzido pelo EES Maluco Beleza, composto por usuários do CAPS Cajuru. Participaram também da reunião da LIBERSOL, onde observaram as demandas levantadas e discussões realizadas, além de vivenciar duas edições da feira, no mesmo campus onde foram realizadas as aulas.

Outras estratégias de metodologias ativas foram utilizadas no decorrer do percurso. Foi incentivado desde o início que os participantes levantassem as possibilidades de trabalho com Economia Solidária em seus locais de atuação, levassem para o debate as propostas concretas encontradas, as necessidades levantadas, além da participação em uma vivência dentro da reunião e da Feira de Economia Solidária da LIBERSOL.

Assim, os alunos do curso vivenciaram na prática as potencialidades da economia solidaria como proposta de geração de renda e inclusão social. Além disso, foram convidados participantes de empreendimentos solidários do campo da saúde mental para ministrar aulas e falar sobre suas experiências.

Dessa forma, como destaca Ferro (2022), os cursos estabelecem uma proposta de parceria e “[...]vêm possibilitando o acionamento contínuo de forças comunitárias preocupadas com a organização de formas de geração de trabalho e renda para pessoas em vulnerabilidade social” (Ferro, 2022, p. 353-354).

Esta edição do curso resultou na (re)construção de pelo menos mais três empreendimentos novos dentro dos CAPS de Curitiba: O grupo Louco de Bom, formado pelo CAPS Portão; o Grupo Cozinhando para o Bem, do CAPS Bairro Novo; e o Grupo Costura Criativa, do CAPS Pinheirinho (Diário de Campo, setembro de 2022).

No ano de 2022, também foi ofertada uma versão online do curso de Economia Solidária e Saúde Mental, aberto para a inscrição de pessoas de diferentes estados e municípios brasileiros, estimulando o fortalecimento de outras experiências brasileiras. O curso presencial contou com a participação de profissionais de saúde de todos os CAPS de Curitiba, de profissionais de saúde e usuários do CAPS de cidades da região metropolitana como Piraquara, Araucária e Colombo, e profissionais e membros da gestão municipal da cidade de Fazenda Rio Grande.

Para a realização destes cursos foi essencial o recurso do edital do Fundo Luterano de Diaconia que forneceu apoio financeiro, oriundo da estratégia de captação de recursos da LIBERSOL. Um dos eixos da rede compreende estratégias de captação de recursos humanos e recursos financeiros. Para recursos financeiros uma das estratégias utilizadas compreende concorrer a editais de fomento e financiamento.

Em 2022, a LIBERSOL pleiteou o apoio do Programa de Pequenos Projetos que tinha como objetivo apoiar ações de empreendimentos solidários articulados em coletivos e redes, por meio de atividades de capacitação em gestão democrática com justiça de gênero, qualificação da produção e da comercialização.

O projeto “LIBERSOL e Cidadania: fortalecendo vínculos comunitários” conquistou apoio financeiro destinado a realização dos seguintes objetivos: Realizar dois cursos de 23h sobre ECOSOL e Saúde Mental para profissionais e usuários do serviço de Saúde Mental; Promover de feiras de Economia Solidária; ao mínimo dez reuniões com vereadores; mobilização de audiências públicas em câmaras municipais de cidades do Estado do Paraná sobre Economia Solidária; Produção de Material informativo sobre a política de Economia Solidária; Produção de dois ofícios de cobrança da execução da política municipal de Economia Solidária para encaminhamento ao Ministério Público do Paraná e a membros do poder legislativo; Produção de ao mínimo duas postagens semanais em redes sociais sobre a Economia Solidária e/ou sobre as ações do projeto.

Com este apoio financeiro, foi possível realizar a remuneração da hora aula de trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos econômicos solidários que participaram do curso, ministrando aulas e compartilhando as suas experiências de vida como trabalhadores de um empreendimento econômico solidário, vinculado ao campo da saúde mental e participante das feiras da LIBERSOL (Diário de campo, agosto, 2022).

Gadotti (2009) destaca que as práticas da ECOSOL envolvem uma mudança cultural que apenas a formação pode estabelecer, portanto o campo está fortemente ligado a necessidade de transformação cultural a partir de um processo de educação para a cooperação. Este processo de educação precisa ser marcado pelo diálogo educador-educando e reconhecer e valorizar os saberes dos educandos e valorizar as experiências concretas (Gadotti, 2009).

Nessa perspectiva, diversas medidas de construção e difusão de conhecimento são desenvolvidas pela LIBERSOL a partir da organização de oficinas. As oficinas são realizadas de diversas formas, todas a partir das necessidades elencadas por cada grupo, elas podem ser realizadas para os profissionais de saúde, com objetivo de transmitir conhecimento, estratégias, relato de experiências bem-sucedidas, respaldos legislativos e estratégias para captação de recursos, bem como são ministradas para os grupos de Economia Solidária em construção com objetivo de apoiar o aprimoramento da produção e a qualidade dos produtos.

Como ressalta Gadotti (2009), a Economia Solidária se baseia na ajuda mútua e esse princípio pedagógico da reciprocidade e da igualdade de condições entre educador e educando deve ser levado em conta sobretudo na formação de Economia Solidária. Não se trata apenas de ensinar modos de preparo ou conceitos de forma vertical, mas o compartilhamento de saberes, conhecimentos e o fortalecimento não só dos empreendimentos por si só, mas de toda rede em conjunto.

Nesse sentido, as oficinas são organizadas por meio da articulação coletiva que ocorrem principalmente nas discussões e reuniões mensais e nas feiras da LIBERSOL, onde todos os participantes se apoiam observando necessidades e elencando possibilidades de intervenção para o apoio dos grupos participantes.

Logo, além das oficinas com temas de autogestão, Economia Solidária, Comércio Justo e Solidário, são realizadas oficinas de apoio à produção e comercialização.

No primeiro semestre de 2022 foram realizadas diversas oficinas voltadas para apoiar o grupo Cozinha Maluco Beleza, empreendimento econômico solidário composto por usuários do CAPS Cajuru de Curitiba, que iniciaram como um grupo de culinária no CAPS e inauguraram um projeto de grande visibilidade na Economia Solidária de Curitiba.

Em 27 de abril ocorreu a primeira oficina de cookies, com os integrantes do grupo de culinária do CAPS Cajuru (Diário de Campo, abril 2022).

Neste dia, o grupo participou de uma oficina para realização de caldinhos: de mandioca, batata, caldo verde. O chefe Vinicius, tem uma rede de restaurantes em São Paulo e além de ministrar o curso sobre o preparo também conversou sobre organização da cozinha e precificação. Informações importantes para precificar: custo fixo e custo variável, discutido sobre importância de contar o valor da mão de obra e em cima disso calcular o lucro (Diário de Campo, maio, 2022).

As oficinas são organizadas dentro da rede LIBERSOL e contam com o apoio de diferentes atores. A oficina com o chefe de Cozinha Vinicius, por exemplo, foi possível por meio do apoio dos alunos em uma disciplina da graduação de Terapia Ocupacional da UFPR que teve como trabalho final desenvolver ações de apoio para o grupo de culinária e para a LIBERSOL. Além da oficina, foi organizado pelos alunos a realização de um bazar para captação de recursos.

Para apoiar a produção, criação e comercialização dos empreendimentos solidários vinculados à saúde mental foram realizadas também as seguintes oficinas:

Oficina de panificação para o CAPS TM Piraquara (Diário de Campo, abril de 2022).

Oficina de pastel com integrante da feira permanente de Economia Solidária para o grupo Cantina Maluco Beleza (Diário de Campo, maio de 2023).

Oficina de artesanato proposta por integrante do Clube de Mães que ocorreu durante a realização da feira da LIBERSOL do mês de abril de 2023 (Diário de Campo, abril de 2023).

Oficina de laços do CAPS Pinheirinho (Diário de Campo, junho de 2023).

Oficina de óleos essenciais promovida por integrante da LIBERSOL voltada aos grupos do CAPS e CRAS de Pinhais e Curitiba (Diário de Campo, agosto de 2023).

A partir do que foi descrito neste capítulo compreende-se que as estratégias de apoio à aquisição de materiais e insumos, promoção de cursos, oficinas e estratégias para fomento de conhecimento técnico e sensível a respeito da ECOSOL e de oficina para qualificação dos produtos, um dos grandes eixos de atuação da LIBERSOL para fortalecer EES no âmbito da saúde mental envolve a articulação de feiras de Economia Solidária como uma proposta de espaço para comercialização, convivência, educação em saúde e também de incidência política..

#### 4.3 FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA LIBERSOL

A organização de feiras de Economia Solidária é uma das ações empenhadas pela LIBERSOL para apoiar empreendimentos econômicos solidários do campo da saúde mental em Curitiba e Região Metropolitana. A LIBERSOL compreende que os mercados e feiras

urbanas atraem grande fluxo de pessoas na ocupação de espaços públicos e incentivando o desenvolvimento socioeconômico local (Rodrigues; Aguiar, 2021).

A realização dessas feiras promove oportunidades de trocas comerciais além de interações sociais entre os participantes dos diferentes empreendimentos. Além do caráter econômico presente na experiência das feiras, ocorre a valorização do aspecto social e a estimulação do desenvolvimento das comunidades locais (Rodrigues; Aguiar, 2021). As feiras são consideradas pela literatura como “espaços de comercialização de produtos e circulação de cultura” (Leite, 2015, p. 13). São espaços que:

[...] transcendem a função mais importante de sua origem, a de abastecer as cidades. Seja como forma de comercializar produtos da agricultura familiar, seja como possibilidade de emprego e renda, seja como forma de ocupação dos espaços públicos fato é que as feiras se fazem presentes nas grandes cidades até os dias de hoje. Para Leite (2015), as feiras se caracterizam como um espaço de sociabilidade diferenciado, solidário, sem muros, com relação de vizinhança, contato e convivência (Rodrigues; Leite, 2021, p. 5).

As feiras, nesse sentido, têm como finalidade a comercialização de produtos e serviços e a promoção da realização humana, permitindo por meio da participação coletiva, a cooperação, e a autogestão, a promoção de desenvolvimento humano e da responsabilidade social sob forma de colaboração solidária (Mance, 2005).

As feiras de Economia Solidária são consideradas um modelo de desenvolvimento que valoriza a economia local, a cultura de consumo e comercialização baseada na solidariedade e que propõem a valorização do desenvolvimento e das relações humanas.

Apesar da potencialidade das feiras, levanta-se um questionamento quanto a ausência de centros públicos de economia solidária e a falta de investimento público na ECOSOL que garantam espaços de comercialização permanentes.

XX - garantir a disponibilização de espaços apropriados à comercialização de produtos e serviços dos empreendimentos da economia popular solidária. (Curitiba, Lei 17.786/16)

Embora a legislação municipal de Curitiba exija local para comercialização na lei 14.786/16 que institui a política municipal de fomento à economia popular solidária, o que se observa na realidade é que essa determinação não é cumprida, e a comercialização carece de apoio. Para maioria dos EES vinculados a saúde mental a feira da LIBESOL é o único ou o principal local de comercialização, tornando imprescindível sua realização.

A LIBERSOL atua principalmente para a inclusão social e produtiva dos usuários do serviço de saúde mental, população historicamente excluída social e economicamente, logo a proposta da realização de feiras ocupa um espaço de destaque dentre as ações empenhadas pela rede. Compreendendo a feira como um potente espaço de trocas sociais e comerciais, é importante ressaltar que a rede atua na interface com a saúde mental. As pessoas em sofrimento psíquico graves e persistente compreendem um grupo específico de pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

Historicamente, a loucura foi compreendida de diferentes maneiras e, desde o advento da psiquiatria, as pessoas consideradas loucas foram colocadas a margem da sociedade. O nascimento da psiquiatria clássica e do tratamento moral atribuíram ao louco a marca da incapacidade, irracionalidade, do internamento e da exclusão (Foucault, 1978; Amarante, 2007, Amarante; Torre, 2018).

O alienado, como era chamado a pessoa em sofrimento psíquico, era em geral submetida ao tratamento moral que o colocou a margem da sociedade e lhe caracterizou como sujeito da desrazão, além de também ser compreendido como sujeito incapaz de trabalhar (Amarante, 2007; Foucault, 1978).

O processo de reforma psiquiátrica e as mudanças no cuidado em saúde mental no Brasil foram propostos a partir da mudança do paradigma psiquiátrico para o paradigma da reabilitação psicossocial. A reabilitação psicossocial compreende que o cuidado em saúde mental engloba um conjunto de práticas intersetoriais de saúde, previdência, moradia, trabalho, escola, lazer e cultura e visa a restauração da autonomia dos sujeitos (PITTA, 2016). Para isso, envolve criar condições de possibilidade para que uma pessoa em sofrimento mental possa participar de trocas sociais.

Nesse sentido, propor que o usuário de um serviço de saúde mental, ora considerado pelo olhar da loucura, vivencie uma experiência de trabalho a partir da economia solidária, com a comercialização diante de uma feira por exemplo, promove sua sociabilidade. Segundo Kinoshita (2014) “Participar na tessitura do tecido social colaborando na produção de bens e valores é fonte de sociabilidade, de contratualidade” (Kinoshita, 2014, p 21).

Sendo assim, a LIBERSOL preocupa-se, ao estruturar uma feira, que ela ocorra com diferentes atividades que visem também fortalecer o caráter cultural, e ressaltar a feira como espaço de convivência e relações pessoais. A LIBERSOL organiza frequentemente suas feiras associadas a uma agenda cultural, promovendo espaços de lazer e cultura, como destacam os pesquisadores em abril de 2022:

Ocorreu o retorno das feiras da LIBERSOL como costumavam acontecer antes da pandemia, repleto de atividades culturais envolvendo estudantes da graduação, demais grupos e entidades (Diário de Campo – abril, 2022)

As feiras da LIBERSOL, logo, além de se constituírem como local para comercialização dos produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários que compõem a rede, contam frequentemente com uma programação cultural que incrementa as trocas sociais e promoção de cultura que as feiras proporcionam.

FIGURA 11 – PROGRAMAÇÃO CULTURAL E SOCIAL DA FEIRA

**XVI FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA LIBERSOL**  
**27 E 28 DE ABRIL DE 2022 DAS 8H ÀS 20H30MIN**  
 VENHA CONHECER OS PRODUTOS E SERVIÇOS DOS EMPREENDIMENTOS DA LIBERSOL!  
 INVISTA EM INCLUSÃO SOCIAL E VENHA SE ENCANTAR!!

**PROGRAMAÇÃO CULTURAL E SOCIAL**

**DIA 27/04**

- 12H ÀS 13H: VIOLÃO E VOZ NO GRAMADO - MÚSICO: LUÍS FERRO
- 13H30MIN-14H30MIN: AULA GRATUITA DE FORRÓ NO GRAMADO!
- 14H-15H: OFICINA DE PINTURA MÁGICA PARA CRIANÇAS
- 15H-16H: OFICINA DE PINTURA MÁGICA PARA CRIANÇAS
- 16H: BINGO/SHOW DE PRÊMIOS
- 17H ÀS 20H30MIN: OFICINA JOGOS DE TABULEIRO/BOARDGAMES E CONVIVÊNCIA
- 17H: CINE DEBATE
- DURANTE O DIA TODO: BAZAR PARA APOIO A PROJETOS SOCIAIS

**DIA 28/04**

- 10H: CONTOS FOLCLÓRICOS PARA CRIANÇAS
- 12H ÀS 13H: VIOLÃO E VOZ NO GRAMADO - MÚSICO: LUÍS FERRO
- 13H30MIN-14H30MIN: AULA GRATUITA DE FORRÓ NO GRAMADO
- 16H ÀS 20H30MIN: OFICINA JOGOS DE TABULEIRO/BOARDGAMES E CONVIVÊNCIA
- 18H ÀS 19H30MIN: VIOLÃO E VOZ NO GRAMADO - MÚSICO: JESSÉ DOS SANTOS
- DURANTE O DIA TODO: BAZAR PARA APOIO A PROJETOS SOCIAIS

**CAMPUS BOTÂNICO UFPR**  
 AV. PREF. LOTHARIO MEISSNER, 632-GRAMADO EM FRENTE AO BLOCO DIDÁTICO II

Realização e Apoio:

FLD octalanza, LIBERSOL, UFPR terapia ocupacional, Livre Mente, SAÚDE MENTAL E DEMOCRACIA

FONTE: A autora (2024) adaptado Redes Sociais da LIBERSOL<sup>11</sup>

Grande parte das atrações das feiras também são os grupos artísticos e musicais dos CAPS da região, incentivando assim sua participação e circulação na feira – mesmo dos grupos que ainda não possuem empreendimento solidário. Diversos são os corais que se apresentam nas feiras, além de propostas de diferentes atividades culturais. Como destaca Ferro e Scarcelli (2022, p. 6)

<sup>11</sup> Disponível em: <https://libersol.org/> Acesso em: 10/04/2024

Para além da geração de renda, as feiras se situam como lócus de encontro humano. Com a participação de empreendimentos solidários, compostos por trabalhadores atendidos em pontos de atenção da Saúde Mental, com assessoria e suporte de trabalhadores da saúde vinculados a estes serviços, estudantes e representantes de instituições, variada sorte de ações formativas pôde ser desenvolvida nestes espaços (Ferro, Scarcelli, 2022, p. 6).

Ou seja, as feiras são espaços que promovem a convivência, concretizam novas possibilidades de interações sociais e, além disso, podem ser utilizadas ações de formação para a Economia Solidária. As intervenções culturais, além de exercerem função de convivência podem impactar também na formação profissional dos presentes e criar formas de divulgar a ECOSOL “mobilizando uma espiral evolutiva de aprendizagem/envolvimento com o processo de trabalho” (Ferro; Scarcelli, 2022, p. 6).

A potencialidade da Economia Solidária no âmbito da saúde mental como estratégia que garante a ampliação da contratualidade, autonomia e participação social é amplamente divulgada na literatura. No entanto, uma das preocupações latentes do campo da ECOSOL, especialmente em sua interface com a saúde mental, diz respeito às condições que garantem a produção e a reprodução da vida humana, em base igualitária e com preocupação comunitária. Como destaca Franzoloso e Ferro (2021):

Apesar de algumas experiências exitosas serem encontradas na literatura, o retorno financeiro ainda é incipiente, fazendo dessa questão um desafio, tanto para a constituição de políticas públicas, quanto para a práxis cotidiana junto aos empreendimentos (Ferro, Franzoloso, 2021, p. 13).

A importância de espaços de comercialização é defendida por diversos pesquisadores que estudam a interface da Economia Solidária com a saúde mental. Mazaro, Lussi e Menezes (2018), por exemplo, buscando identificar as potencialidades, fragilidades e desafios presentes no processo de consolidação dos EES no campo da saúde mental em um estudo de panorama nacional, perceberam que dentre os aspectos que permeiam a consolidação dos grupos está a (in)existência de espaço físico destinado à produção e comercialização.

A estruturação de espaços para comercialização solidária foi prevista no 1º Plano Nacional de Economia Solidária (Brasil, 2015), no entanto, foi constatado que os EES do âmbito da saúde mental, na realidade, não usufruem destes espaços de comercialização. O que foi observado com maior frequência pelos autores foi a utilização dos serviços de assistência em saúde mental – o próprio CAPS – também como único espaço para comercialização dos produtos e serviços dos EES (Mazaro, Lussi; Menezes, 2018).

Esse desafio é enfrentado por diversos EES no âmbito da saúde mental e são destacados por diferentes autores na literatura. Christofolletti (2014), ao analisar a experiência de uma oficina de geração de renda desenvolvida com usuários de um CAPS III no município de Campinas, identificou “a necessidade de comercialização para além dos muros do CAPS” (Christofolletti, 2014, p. 165). Da mesma forma, os autores que analisaram a experiência da Oficina de Ladrilho Hidráulico com usuários da RAPS de Campinas-SP estabeleceram como principal desafio da oficina “colocar a produção no mercado e ampliar a comercialização” (Galves, Tozzeto e Filho, 2014, p. 86).

Como estratégia para superar este desafio, a Oficina de Ladrilho Hidráulico buscou por estabelecer parceria com diferentes instituições, dentre as parcerias os autores destacaram que a presença em eventos promovidos pela Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL/BRASIL), que promoveram um impulsionamento da produção e comercialização do grupo, pois além da possibilidade de participação nos espaços de comercialização em eventos realizados com tal parceria o empreendimento adquiriu insumos como uma betoneira e diversas formas de ladrilho de calçada (Galves, Tozzeto e Filho, 2014).

Nessa perspectiva, observa-se que as redes de Economia Solidária desempenham um papel fundamental no fortalecimento do processo de apoio à comercialização, fornecendo uma estrutura colaborativa que promove a inclusão econômica e social. Ao unir produtores, consumidores e intermediários em uma teia de cooperação (Cruz, 2009; Mance, 2005).

A proposta de que as redes de Economia Solidária se apresentam como uma possibilidade de fortalecimento dos EES no âmbito da saúde mental, especialmente para pensar estratégias e criação de espaços de comercialização e defesa de políticas públicas é sustentada por diferentes pesquisadores.

Nunes (2014) afirmou que com a participação do Núcleo de Projetos Especiais (NUPE) na Rede Estadual de Saúde Mental e Economia Solidária (Rede) criou meios para fortalecer a comercialização dos produtos e serviços desenvolvidos pelos projetos de geração de renda voltados aos usuários da rede de saúde mental e que se abrigam no NUPE da cidade de Santo André-SP.

A experiência da Pastelaria Q’Sabor, com trabalhadores e trabalhadoras usuários dos serviços de saúde mental da cidade de São Bernardo do Campo-SP, também foi consolidada a partir da participação do empreendimento na rede e no Fórum de Economia Solidária do município, permitindo seu ingresso permanente na feira de Economia Solidária do município (Henna; Correia; Silveira, 2014).

Do mesmo modo, Ferro e Franzoloso (2021) identificaram que a realização de feiras de Economia Solidária foi a estratégia mais frequente encontrada na bibliografia para a comercialização de produtos e serviços de EES do âmbito da saúde mental (Franzoloso; Ferro, 2021). Sendo assim, considerando a potencialidade das feiras promovidas por redes de ECOSOL, a LIBERSOL teve como um dos principais desafios do ano de 2022 a retomada da organização de suas feiras.

No ano de 2022 foram realizadas cinco feiras da LIBERSOL dentro do Campus do Jardim Botânico e do Centro Politécnico da UFPR, nos meses de abril, junho, julho, agosto e dezembro. Além disso, organizamos diversos eventos e feiras externas, a partir das parcerias com diferentes instituições e redes de Economia Solidária.

Diversas feiras foram realizadas em eventos científicos e acadêmicos de diferentes instituições de ensino superior em Curitiba, possibilitando o espaço de comercialização e divulgação dos EES em um ambiente de produção e difusão de conhecimento. Dentre os eventos, destaca-se a participação no Seminário de Políticas Públicas da UFPR, no Festival de Ciência, Cultura e Inovação da UFPR, no I Congresso de Humanidades Sustentáveis realizado na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e na Semana da Luta Antimanicomial da Faculdade Pequeno Príncipe (FPP).

As universidades e instituições de ensino superior são espaços que precisam ser ampliados e qualificar sua relação com diferentes segmentos sociais, inclusive com os mais vulneráveis, visto que está inserida na sociedade e desempenha papel fundamental na produção de conhecimento.

Os autores defendem que a universidade precisa estar inserida na comunidade, realizando trocas de experiências e proporcionando mudanças nas condições de vida, enfrentando problemas sociais (Morosini; Franco, 2006). Historicamente, a universidade no Brasil foi orientada pelo modelo tradicional de ensino, onde instituições apresentavam posturas centralizadoras com programas de ensino e pesquisa desvinculados da realidade social (Silva, et. al., 2020).

As feiras da LIBERSOL promovem a aproximação da universidade, serviços de saúde, organizações comunitárias além da ocupação do espaço da universidade. A partir dos dados dessa pesquisa, pode-se perceber que tais eventos se constituem como uma potencialidade para promoção da articulação entre instituições de ensino e comunidade, aproximando a universidade da comunidade e de suas reais necessidades.

Como destaca Silva et al. (2020),

As práticas extramuros de integração entre Universidade, serviço e comunidade investem no cuidado como processo vivo, tendo a integralidade como pilar fundamental para o desenvolvimento de projetos que redirecionem caminhos de comunicação e entendimento dos conhecimentos técnicos e práticos, na tentativa de superar as iniquidades das esferas de educação e saúde (Silva, et al., 2020, p. 3).

Além dos eventos marcados pela participação das instituições de ensino superior, no ano de 2022 a articulação da LIBERSOL para realização de uma feira de Economia Solidária na Conferência Estadual de Saúde Mental do Paraná representou um momento importante para os EES compostos por usuários e usuárias da Rede de Atenção Psicossocial da região.

As conferências de saúde são espaços fundamentais de participação popular e deliberação no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Estabelecidas pela Lei 8.142/90, as conferências são eventos democráticos e periódicos que reúnem representantes do governo, profissionais de saúde e usuários do sistema, com o objetivo de discutir e propor diretrizes para a formulação das políticas públicas de saúde. Por meio das conferências, busca-se garantir a participação ativa da sociedade na construção e no aprimoramento do SUS, promovendo o debate sobre as necessidades, os desafios e as demandas relacionadas à saúde pública no país.

Nos dias 25 e 26 de outubro de 2022 ocorreu em Curitiba a V Conferência Estadual de Saúde Mental na cidade de Curitiba, capital do Paraná, e, em parceria com a Divisão de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do Estado (SESA), a LIBERSOL organizou uma feira de Economia Solidária no evento. Esta feira foi a primeira no ano de 2022 a contar com maioria dos participantes grupos vinculados a saúde mental (Diário de campo, outubro de 2022).

Além de maior adesão de grupos da saúde mental, essa feira marcou também a estreia de diversos grupos nas feiras da LIBERSOL, tal como o grupo Destemperadas, resultado da oficina de culinária do CAPS Boqueirão; a primeira participação do grupo Louco de Bom, com a venda de suculentas e hortaliças da oficina de horta do CAPS portão; e dos vasos de cimento e de mosaico do Grupo Altas Habilidades do CAPS Santa Felicidade. Tanto os grupos do CAPS portão como do CAPS Santa Felicidade passaram a integrar ao menos mensalmente as feiras da LIBERSOL após este evento.

FIGURA 12 – GRUPO LOUCO DE BOM NA FEIRA DA CONFERÊNCIA



FONTE: A autora (2024) participantes na Feira da Conferência Estadual de Saúde Mental

FIGURA 13 – GRUPO MALUCO BELEZA NA FEIRA DA CONFERÊNCIA



FONTE: A autora (2024) participantes na Feira da Conferência Estadual de Saúde Mental

Figura 14 – Grupo Altas Habilidades na feira da Conferência



FONTE: A autora (2024) participantes na Feira da Conferência Estadual de Saúde Mental

As feiras, além de espaço de comercialização operam como divulgação dos grupos que recebem propostas de encomendas e novos trabalhos, aumentando assim o lucro dos grupos e, consequentemente, a geração de renda para os usuários. Essa potencialidade da divulgação pode ser evidenciada pelo exemplo da Cozinha Maluco Beleza; o grupo, além da venda de seus produtos na feira, tem conseguido utilizar o espaço de comercialização nos eventos externos para divulgar o trabalho da cantina que funciona de segunda a sexta no Campus Botânico e, a partir da boa receptividade de seus consumidores nas feiras, tem recebido propostas para a realização de Coffee Breaks em diversos eventos (Diário de Campo, novembro de 2022).

A questão da feira como divulgação e vitrine opera não só para os EES em questão, mas também para fomentar a visibilidade da LIBERSOL. A feira realizada na conferência, marcada pela presença de usuários, profissionais e gestores de todo estado do Paraná promoveu a divulgação da rede para outras partes do estado, ampliou debates para a divulgação da Economia Solidária como estratégia viável para reabilitação psicossocial dos usuários da rede de saúde mental e permitiu uma grande visibilidade da rede inclusive com as gestões de nível municipal, estadual e nacional.

Tal visibilidade da rede aponta para uma importante repercussão da feira realizada na V Conferência Estadual de Saúde Mental. No ano de 2024, o Ministério da Saúde promoveu o custeio de traslado e hospedagem de dois trabalhadores integrantes de EES vinculados à saúde mental e à LIBERSOL para participação na Conferência Nacional de Saúde Mental, que ocorreu entre os dias 11 e 14 de dezembro de 2024 em Brasília (Diário de Campo, dezembro de 2023).

Dois representantes da LIBERSOL voaram até Brasília e tiveram a oportunidade de participar de evento de tamanha importância para as políticas públicas de saúde mental, podendo expor e comercializar seus produtos, além de atuarem como representantes de todos os demais empreendimentos econômicos solidários e usuários e usuárias que abarcam a LIBERSOL.

FIGURA 15 – REPRESENTANTES LIBERSOL NA FEIRA DA V CNSM



FONTE: A autora (2024) representantes da LIBERSOL na V CNSM

Sobre a V CNSM é importante destacar que o processo de reforma psiquiátrica tem as Conferências de Saúde Mental como aliadas em seu processo de transformação do cuidado e implementação das políticas públicas. A realização da I Conferência Nacional de Saúde Mental em 1987 se constitui como um marco histórico da reforma psiquiátrica Brasileira e até os dias de hoje as conferências e conselhos de saúde se constituem como espaço fundamental para promoção da participação da sociedade na deliberação de políticas públicas

A criação e consolidação de políticas sociais relacionadas à saúde coletiva e à saúde mental dependem organicamente das mobilizações e investimento político de coletivos e atores em favor de novas formas de assistência, espaços e relações com a saúde, com a loucura e com os portadores de transtornos mentais, dentre os quais o autor destaca o movimento de luta antimanicomial. Mais além da implementação de programas, esse processo é crucial para debater e avaliar os avanços e as estagnações ocorridas no intervalo entre as conferências, bem como quais são os maiores desafios e problemas enfrentados atualmente – os quais podem configurar sério risco de retrocesso (Araes, et al., 2012, p. 76).

Sendo assim, destaca-se a extrema relevância da LIBERSOL estar presente em um evento como a V CNSM, de suma importância para democracia brasileira e fortalecimento das políticas públicas de saúde e inclusão social, com representantes dos empreendimentos.

O ano de 2023 começa, portanto, aquecido com as diversas articulações realizadas no ano de 2022 e com expressivo aumento da presença dos grupos de saúde mental. Neste momento, foi deliberado em reunião da LIBERSOL a realização de duas feiras próprias da LIBERSOL no mês, realizadas dentro dos diferentes Campus da UFPR (Diário de campo, março de 2022).

O plano de ampliar a frequência das feiras era uma das metas da LIBERSOL presente no planejamento da rede para início em 2020, necessariamente adiada por conta da pandemia. Com a devida reorganização necessária, no ano de 2023 tal proposta pôde ser colocada em ação.

A partir de abril de 2023, a LIBERSOL passou a organizar ao menos duas feiras por mês. Em toda primeira semana do mês ocorreu a feira de economia da LIBERSOL no campus botânico e na terceira semana do mês no campus politécnico da Universidade Federal do Paraná. Em junho também iniciaram as articulações para a realização de edições da feira no Campus Agrária.

No dia 28 e 29 de junho ocorreu a primeira feira da LIBERSOL no campus agrária. Na quinta feira dia 29 foi realizada em conjunto com a feira a reunião mensal da LIBERSOL no campus, onde foi possível discutir também novas parcerias para a realização periódica e a participação da LIBERSOL nas feiras agroecológicas que ocorrem no campus (DIÁRIO DE CAMPO, junho de 2023).

No ano de 2023 foram realizadas mais de 20 feiras de Economia Solidária da LIBERSOL, aumentando em mais de 50% o número de feiras realizadas em 2022, ano de importante dedicação para articulação da rede pós pandemia e reaproximação dos usuários e serviços da saúde mental nas propostas da rede.

Além das feiras próprias durante os anos de 2022 e 2023, buscando atingir seu objetivo de apoiar empreendimentos solidários no âmbito da saúde mental, a LIBERSOL proporcionou a conexão entre alguns grupos ou artesões da saúde mental em diferentes feiras da cidade,

promovidas por distintas redes de Economia Solidária do município, coletivos, associações ou outras formas de organizações e movimentos sociais.

Um exemplo é o EES Louco de Bom, do CAPS Portão, que realiza a produção de pimentas e molhos com condimentos preparados direto da oficina de horta do CAPS, e passou a não só participar das feiras da LIBERSOL como participar semanalmente da Feira Permanente de Economia Popular Solidária (Diário de Campo, março de 2023).

A associação Feira Permanente de Economia Popular Solidária compõe a Rede Mandala: Rede Estadual de Economia Solidária Campo e Cidade que articula diferentes coletivos conectando e contribuindo para a Economia Solidária no Estado do Paraná (Almeida, 2021). Logo, essas articulações com diferentes espaços são fundamentalmente realizadas por meio do apoio de diferentes coletivos, associações e movimentos sociais que tem como objetivo comum a difusão da economia solidaria e o combate à exclusão social, possibilitando uma compreensão do que de fato estes espaços podem proporcionar para diferentes grupos.

Um outro exemplo de articulação com diferentes movimentos sociais foi a inclusão de expositores de EES da saúde mental na Jornada de Agroecologia do ano de 2022 e 2023 (Diário de Campo, junho de 2022; diário de campo, Junho de 2023).

A organização em rede permite que atores e instituições envolvidas estabeleçam entre si relações de troca e apoio solidário, que resultam em maiores possibilidades de fortalecimento de todos os coletivos envolvidos (Alcantara, 2004).

O trabalho em rede, com o intercâmbio solidário e a geração de cadeias produtivas, parece ser o caminho mais indicado e promissor para o fortalecimento e viabilidade do modelo proposto pela Economia Solidária. (...) Além disso, para que a proposta de mudanças socioeconômicas pautadas pela Economia Solidária aconteça de forma mais ampla tem-se na construção de redes a possibilidade de potencializar as ações já existentes, unir as ações isoladas realizadas pelos empreendimentos (Martins; Oliani; Riffel, 2017, p. 53).

As redes também podem se constituir como uma forma de coordenação política que podem atuar para a consolidação de políticas públicas no âmbito onde atuam. A LIBERSOL, por exemplo, dedica dentre suas ações estratégias de incidência política como as apresentadas na próxima sessão.

#### 4.4 LIBERSOL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Dentre as ações desenvolvidas pela LIBERSOL para apoiar empreendimentos econômicos solidários no âmbito da saúde mental, existem uma série de atividades destinadas a influenciar políticas públicas que são realizadas pela prática do *advocacy*.

Na presente pesquisa, o termo *advocacy* é utilizado para expressar a articulação de pessoas, grupos de interesse ou instituições a fim garantir visibilidade a uma determinada causa ou interesse, inserindo tais questões no debate público de maneira a influenciar a formulação de políticas e alocação de recursos (Libardoni, 2000; Ferro, 2022).

Hoje, no Brasil, há diversos problemas comunitários que ultrapassam a capacidade de resposta do governo, seja por falta de recursos humanos ou financeiros ou pela falta de prioridade atribuída a determinadas questões. Logo, para garantir que determinadas questões entrem na agenda pública são necessárias organizações comunitárias que garantam a visibilidade de determinadas questões. Essa atividade de defesa e argumentação em prol de uma causa social ou demanda por direitos humanos nomeamos como *advocacy* (Scherer-Warren, 2011, Franazoloso, 2020).

A LIBERSOL desenvolve estratégias de *advocacy* perante os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de ações que envolvem a mídia, formadores de opinião, sociedade em geral e órgãos como o Ministério Público (Diário de Campo, 2022, 2023). Corroborando com o que propõe Silva (2017), as atividades de *advocacy*:

compreendem um processo de conscientização e mobilização de formadores de opinião e da própria população visando à mudança de paradigmas por intermédio de proposições de demandas e incentivo à atuação do poder público (Silva, 201, p. 398).

*Advocacy*, termo presente no campo das políticas públicas, é entendido como um instrumento para articulação e defesa de uma causa sob a perspectiva de objetivos e interesses coletivos (Silva, 2017). Segundo Libardoni (2000),

[...] *advocacy* tem um significado mais amplo, denotando iniciativas de incidência ou pressão política, de promoção e defesa de uma causa e/ou interesse, e de articulações mobilizadas por organizações da sociedade civil com o objetivo de dar maior visibilidade a determinadas temáticas ou questões no debate público e influenciar políticas visando à transformação da sociedade (Libardoni, 2000, p. 2).

As organizações populares e redes de diferentes naturezas estão na gênese da transformação social (Castells, 2017) uma rede é capaz de conectar um grupo de pessoas e ou instituições para alcançar objetivos comuns (Doerfe, 2018). As redes de Economia Solidária, por sua vez, permitem não só alavancar as práticas econômicas da ECOSOL, mas também

impulsionam a produção de conhecimento, promovem pressão aos Estados e podem propor legislações e políticas públicas favoráveis à consolidação da Economia Solidária (Mance, 2001).

As atividades desenvolvidas pela LIBERSOL têm como objetivo final garantir a inclusão social e geração de renda para pessoas em sofrimento psíquico e vulnerabilidade psicossocial por meio da Economia Solidária, portanto uma das preocupações do coletivo é assegurar a criação e efetivação de políticas públicas que garantam a continuidade dos projetos, para que eles não fiquem restritos a ação de um determinado grupo em um determinado período.

É essencial compreender que a possibilidade de geração de novos direitos em uma sociedade está diretamente relacionada à existência de um Estado democrático de direito que permita à sociedade civil se expressar com liberdade de voz, manifestar seus conflitos sociais e equacionar demandas através de redes de pressão institucional e/ou de seus representantes na própria esfera estatal (Buzzoni, 2021).

As mudanças políticas e o processo de redemocratização vividas no Brasil e outros países, criaram possibilidades de interlocução da sociedade civil com o Estado, no entanto o poder das organizações da sociedade civil de influenciar o processo de tomada de decisão e implementação de políticas públicas ainda é bastante limitado (Libardoni, 2000).

A literatura aponta que as ações de incidência política podem suceder a partir de diferentes enfoques, dentre eles a estratégia de lobby, que consiste na defesa de diferentes grupos de pessoas para os tomadores de decisão com objetivo de inserir na agenda política as questões de seus grupos de interesse a partir da mobilização.

Uma das ações desenvolvidas pela LIBERSOL para garantir visibilidade política de seus temas de interesse consiste na organização de reuniões com os tomadores de decisão no âmbito do poder executivo. No retorno das atividades presenciais após a pandemia da covid-19 foi proposta uma reunião na Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, com a presença de representantes da LIBERSOL e da gestão municipal de saúde mental, onde foi pontuada a necessidade de retomar as ações de geração de trabalho e renda, evidenciando os objetivos da Política Nacional de Saúde Mental e as vulnerabilidades acirradas com a crise sanitária dos anos anteriores.

Durante a reunião com os tomadores de decisão, foram levantadas algumas problemáticas relacionadas à execução do objetivo específico da RAPS (Brasil, 2011), que define a necessidade de promoção, reabilitação e reinserção dos usuários dos serviços de saúde mental por meio do acesso ao trabalho. Dentre as problemáticas, foram levantadas: A prática ambulatorial pós pandemia e ausência do retorno de atividades coletivas externas ao CAPS;

atividades de geração de renda estarem associadas a intervenções pontuais de atividades de estágios ou atividades extracurriculares de universidades e instituições de ensino; e a falta de conhecimento dos profissionais de saúde na temática.

Foi realizada reunião com gestão da Saúde Mental na SMS de Curitiba. Pontuado a necessidade de retomar as ações de geração de trabalho e renda, algumas das gestoras apontaram para o fato das atividades de geração de renda ou da LIBERSOL acabarem se tornando pontuais devido a ocorrerem por meio dos estágios ou residência. Outra dificuldade seria a alta rotatividade de profissionais nos serviços, que faz com que desconheçam as atividades e salienta a necessidade de educação permanente contínua sobre o tema. Apresentamos a cantina e discutimos como resolver essas questões, foi proposto um curso de Economia Solidária e antes disso uma reunião com todos os coordenadores dos CAPS para sensibiliza-los durante a reunião e que possam encaminhar seus servidores para a realização do curso (Diário de campo, maio de 2022).

Libardoni (2000) salienta ainda que a incidência política requer um compromisso de longo prazo, com metas e prioridades definidas com clareza e com prazos estabelecidos de forma realista. Portanto, com as dificuldades levantadas foi produzido um quadro de metas com as ações acordadas para enfrentar tais problemáticas, é importante que diante de todos os acordos e negociações que envolvem as ações de *advocacy* sejam estabelecidas as metas, ações e prazo para sua realização. Um exemplo de quadro de metas realizado após reunião com o poder executivo pode ser evidenciado abaixo:

QUADRO 3 – QUADRO DE METAS – REUNIÃO GESTÃO

META	OBJETIVO	PRAZO
PROMOVER A FORMAÇÃO E A PRÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA	Promover um Curso de Economia Solidária com duração de 36h a ser oferecido para os trabalhadores da saúde, usuários do SUS e demais interessados da sociedade civil e da comunidade acadêmica	Início até setembro de 2022
	Promover reunião e espaço formativo sobre ECOSOL para alinhar ações com gestores dos serviços de saúde mental	Junho de 2022
	Realizar levantamento dos grupos de estágios que ocorrem nos serviços da RAPS de Curitiba para fomentar as atividades de geração de renda e coletar dados das necessidades dos empreendimentos	Até Junho de 2022
	Organizar ao mínimo duas feiras da LIBERSOL por mês	2º semestre de 2022
	Reservar carga horária dos profissionais dos CAPS e fomentar a participação de usuários nas reuniões mensais ordinárias da rede LIBERSOL	Mensal – toda última quinta feira do mês

FONTE: A autora (2024)

Além das articulações com o poder executivo, a LIBERSOL também organizou atividades que envolvem o poder legislativo. Forças da LIBERSOL puderam, por exemplo, mobilizar a discussão na câmara municipal da cidade de Piraquara, que culminou na aprovação da lei n. 2.731/23, que institui a política municipal de Economia Solidária no município. A lei aprovada passou, em âmbito legislativo do município, a oferecer suporte para os Empreendimentos Econômicos Solidários da região e para o fortalecimento da ECOSOL.

Além disso, as feiras de Economia Solidária da LIBERSOL se constituem como um campo fértil para as ações de *advocacy*, uma vez que se caracterizam como o evento com participação de diversos atores da rede e onde são desenvolvidas as estratégias de articulação comunitária. Antes de todas as feiras são disparados e-mails de convite para parlamentares da cidade de Curitiba e para os legisladores do estado do Paraná (Diário de Campo, 2022 e 2023).

As feiras da LIBERSOL já receberam visitas de diferentes parlamentares, além da presença de meios de comunicação que realizaram reportagens apresentando a rede, os projetos, os EES e seus trabalhadores. Configurando-se para além de uma experiência de comercialização, e propostas de lazer, convivência e educação de saúde, a rede também se constitui como campo de articulação de políticas públicas e de captação de recursos.

Outra forma da LIBERSOL exercer sua atividade voltada ao *advocacy* é através de ações de construção do conhecimento. Os eventos mediados pela LIBERSOL e pelo GEPEL vêm sendo orquestrados para proporcionar espaço de encontro de várias lideranças e instituições envolvidas com os campos da ECOSOL e da saúde mental, para a assunção de compromissos coletivos (Ferro, 2022).

Ferro (2022) destacou que os cursos realizados pela LIBERSOL vêm se estabelecendo:

acima de tudo como uma proposta de parceria, convocando logo em seu início os técnicos da saúde e os trabalhadores dos empreendimentos solidários a organizar sua produção para a venda nas feiras, vinculando, desta maneira, os empreendimentos à LIBERSOL. Tal ação executiva promovida por este coletivo, exemplo do componente *advocacy executivo* em diálogo intrínseco com as estratégias para fortalecer a *Advocacy Coalition*, desta forma, vem conquistando paulatinamente o direcionamento do recurso público, tanto humano como financeiro, para adesão à causa sustentada pela LIBERSOL (Ferro, 2022, p. 352).

Os cursos realizados durante o ano de 2022 e 2023 resultaram em aproximação com diferentes gestores e tomadores de decisão de distintos municípios que ainda não possuem estratégias de Economia Solidária no âmbito da saúde mental e que buscaram a LIBERSOL demonstrando interesse do fortalecimento da Economia Solidária no município.

As ações de educação e construção do conhecimento perpassam as atividades de incidência política. Outro exemplo de atividade que evidenciou esta articulação foi a participação da LIBERSOL no Conselho Municipal de Economia Solidária de São José dos Pinhais.

Os conselhos municipais se caracterizam como instâncias consultivas, propositivas e deliberativas de políticas públicas de determinado segmento. O Conselho Municipal de Economia Solidária atua buscando apoio e implementação de ações que garantam o fortalecimento da Economia Solidária no município. Os conselhos municipais surgiram no Brasil no início da década de 90, no bojo do processo de municipalização das políticas sociais, e surgiu com a proposta de contribuir para melhoria da administração pública a partir da estruturação de novas formas gerenciais que incorporassem a participação da sociedade civil.

Logo, os conselhos se caracterizam como mecanismos de gestão fundamentados na participação cidadã, que compreendem a capacidade de mobilização e articulação de todos os setores da sociedade civil em uma perspectiva de incorporação dos segmentos tradicionalmente excluídos.

Os conselhos possuem um papel fundamental de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas, pois se constituem como “instâncias de controle social e promoção do exercício da cidadania, abrindo espaço para a inserção popular na gestão pública” (Almeida; Pacheco, 2015, p. 2000).

Uma das formas que a LIBERSOL exerce sua atividade de *advocacy* é por meio da participação em diferentes conselhos, como o Conselho Municipal de Economia Solidária dos municípios de Curitiba e de São José dos Pinhais, participação na comissão temática de saúde mental do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba.

A participação de um membro da LIBERSOL no Conselho Municipal de Economia Solidária de São José dos Pinhais, município da Região Metropolitana de Curitiba, reverberou em um convite para LIBERSOL elaborar e conduzir uma Oficina de Autogestão para o Programa Municipal de Economia Solidária do Município. A oficina foi organizada com recurso financeiro do Conselho Municipal de Economia Solidária e contou com a participação de diversas entidades, inclusive do setor da saúde mental do município (Diário de Campo, abril 2023).

Em alguns meses a oficina evidenciou resultados concretos para a inclusão pelo trabalho dos usuários do serviço da RAPS do município de São José dos Pinhais, uma vez que os grupos dos CAPS, agora configurados como EES, passaram a compor a feira municipal de Economia Solidária de seu território além de participarem de diversos outros eventos. As

imagens a seguir mostram a oficina de autogestão e o EES do CAPS São José dos Pinhais participando de uma feira do município.

Figura 16 – OFICINA DE AUTOGESTÃO EM SJP



Fonte: A autora (2024) a partir do grupo LIBERSOL

FIGURA 17 – FEIRA EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS



Fonte: A autora (2024) a partir do grupo LIBERSOL

No Brasil, tanto o campo da saúde mental quanto da Economia Solidária se constituíram e se estabeleceram historicamente como políticas públicas nacionais por meio da mobilização popular comunitária. Assim, reconhecendo o papel das redes de Economia Solidária para o fomento e apoio a ECOSOL no país, a LIBERSOL tem buscado fortalecer suas ações de incidência política, além de ampliar a divulgação científica e produção de conhecimento a respeito da temática do *advocacy* para apoiar outros movimentos sociais, EES, redes de Economia Solidária e organizações do terceiro setor que atuam na defesa de direitos humanos a buscarem inserção no debate público.

Para finalizar este capítulo o quadro a seguir apresenta uma síntese das atividades apresentadas alocadas nos principais eixos.

QUADRO 4 – ATIVIDADES LIBERSOL POR EIXO

EIXO DE ATUAÇÃO	ATIVIDADE
Construção de conhecimento	Cursos e eventos formativos; oficinas de produção, comercialização e de economia solidária; divulgação científica
Apoio aos EES	Apoio na produção: Fornecimento de materiais e insumos; oficinas para suporte de produção Apoio na comercialização: Feiras, Loja/Cantina LIBERSOL; articulação com outras feiras e redes comunitárias
Captação de recursos	Recursos Humanos: Extensão e estágios Recursos financeiros: Editais e Emendas Parlamentares
Incidência Política	Participação em Conselhos e Conferências <i>Advocacy</i>

Fonte: A autora (2024)

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo descrever e sistematizar a experiência da *Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de Curitiba e Região Metropolitana -LIBERSOL* para apoiar empreendimentos econômicos solidários no campo da saúde mental na região onde atua durante os anos de 2022 e 2023.

A interface entre a Economia Solidária e a saúde mental é amplamente conhecida e divulgada e já se reconhece a Economia Solidária como uma estratégia concreta para a geração de renda e inclusão pelo trabalho das pessoas em sofrimento psíquico a colocando como uma ferramenta imprescindível da reabilitação psicossocial, firmada nas portarias e diretrizes que regulamentam o trabalho na atenção à saúde mental.

O movimento da Economia Solidária tem defendido que a organização dos empreendimentos em redes solidárias garante o fortalecimento dos EES na medida em que a articulação coletiva e a geração de cadeias de produção, comercialização e consumo incentivam o intercâmbio solidário. Nesse sentido, são propiciados meios de cooperação e desenvolvimento de ações comunitárias que também aumentam a capacidade de mobilização e de visibilidade política dos participantes da rede. A literatura já apresenta uma gama de trabalhos que tratam teoricamente do impacto e da função das redes de Economia Solidária, no entanto é incipiente produções que qualificam e especificam o funcionamento interno dessas redes e como elas atuam.

Nesse sentido, compreendemos que a presente dissertação buscou sistematizar a experiência da LIBERSOL, detalhando as ações desenvolvidas a fim de proporcionar uma qualificação do conhecimento nessa temática, e incentivar o fomento de ações semelhantes em diferentes contextos do Brasil e do mundo.

Os resultados obtidos nesta investigação são frutos de uma pesquisa-ação comprometida com a transformação social. Os dados foram obtidos a partir da participação da pesquisadora e dos demais integrantes da LIBERSOL e do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão Loucura em Liberdade (GEPEL) vinculado ao Departamento de Terapia Ocupacional e ao Programa de Políticas Públicas da UFPR. Trata-se de uma pesquisa marcada pelo comprometimento coletivo pela emancipação social das pessoas em sofrimento psíquico a partir da atuação coletiva em uma rede que levanta esforços para a criação, apoio, e fortalecimentos dos EES na saúde mental.

A presente pesquisa se iniciou em um momento de retomada das ações coletivas após o período de isolamento social decorrente da pandemia do coronavírus, logo o ano de 2022 foi um ano onde foi preciso ter cautela e cuidado para a retomada das ações presenciais.

Uma das principais ações da LIBERSOL, neste contexto de retomada da rede, foi o retorno das feiras presenciais de Economia Solidária. Devido importância que as feiras têm como espaço de comercialização, visibilidade e de promoção de convivência e fortalecimento da autonomia para os usuários dos serviços de saúde mental. As feiras são espaços potentes e a LIBERSOL utiliza-os como ferramenta para atividades que perpassam todos os eixos de atuação da rede, desde apoio aos EES, mas também ações que envolvem construção de conhecimento, captação de recursos e as ações de *advocacy*.

A retomada da rede também demandou articulações minuciosas sejam dentro dos Centros de Atenção Psicossociais da região ou com a gestão e coordenações dos serviços de saúde mental e com parlamentares do município, além da realização de cursos e oficinas que promoveram a sensibilização e qualificação dos profissionais que atuam dentro dos serviços da RAPS e podem promover ações de Economia Solidária para geração de renda dos usuários envolvidos.

As ações que foram retomadas no ano de 2022 ganharam ainda mais força, quantidade e potência no ano de 2023 onde foram realizadas um número maior de feiras a partir das articulações realizadas no ano anterior. O ano de 2023 também foi marcado por importantes acontecimentos e reconhecimentos como a presença de integrantes da LIBERSOL na V Conferência Nacional de Saúde Mental.

A análise das ações realizadas pela LIBERSOL para apoiar os EES no âmbito da saúde mental também deixou evidente a importância do fortalecimento das ações de curricularização da extensão e o papel das universidades. Seu tripé indispensável entre as atividades de ensino-pesquisa-extensão permitem a aproximação da comunidade com as atividades acadêmicas e proporcionam impacto concreto sobre as necessidades da comunidade.

Em última análise, essa pesquisa destaca a importância de reconhecer e apoiar iniciativas de economia solidária como agentes de mudança positiva na promoção de saúde e na construção de comunidades mais inclusivas. Ficam evidentes também as dificuldades de recursos humanos para garantir a continuidade das ações da LIBERSOL bem como a necessidade de políticas públicas e legislações adequadas que garantam base jurídica às demandas dos empreendimentos solidários, especialmente aqueles que incluem pessoas em sofrimento psíquico. Aqui, ressalta-se ainda a incipiência das atividades de incidência política e a necessidade de expandir sua atuação na rede.

Além disso, recomenda-se que trabalhos futuros possam continuar a elucidar as estratégias utilizadas pelas redes para superar os desafios da Economia Solidária. Sendo importante também desmembrar com mais clareza quem faz parte da LIBERSOL e seus

mecanismos de autogestão e funcionamento, a fim de que essa sistematização sirva de respaldo para outras redes que estão iniciando seus processos de articulação.

Por fim, defende-se a importância de maiores publicações a respeito de políticas públicas que garantam a efetividade das ações de economia solidária no âmbito da saúde mental para que sejam estratégias realizadas em cada território e que as redes de economia solidária se fortaleçam como mecanismos de cobrança de ações no poder público.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, M. O., BURSZTYN, Marcel. Raízes e prática de Economia Solidária: articulando economia plural e dádiva numa experiência do Ceará. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 3, p. 587–603, 2009.
- AMARANTE, P., TORRES, R. H. G. “De volta à cidade, sr, cidadão!” – reforma psiquiátrica e participação social: do isolamento institucional ao movimento antimanicomial. **Revista de Administração Pública**, 52 (6), 1090-1107. 2018.
- AMARANTE, P. & NUNES, M. O. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. **Ciência & Saúde Coletiva**, 23(6), 2067-2074, 2018.
- AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2007.
- ANDRADE, M. C., BURALI, M. A. de M., VIDA, A., FRANSOZIO, M. B. B., & SANTOS, R. Z. Loucura e trabalho no encontro entre Saúde Mental e Economia Solidária. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 33(1), 174–191, 2013.
- ARAÚJO, T. M. & TORRENTÉ, M. O. N. Saúde Mental no Brasil: desafios para a construção de políticas de atenção e de monitoramento de seus determinantes. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, 32 (1), 2023.
- ARANHA E SILVA, A. L., A construção de um projeto de extensão universitária no contexto das políticas públicas: saúde mental e Economia Solidária. Tese de Livre Docência da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. 2012.
- AYRES, J. R. C. M. Hermenêutica, conhecimento e práticas de saúde, a propósito da avaliação. In: ONOCKO-CAMPOS R. et al. **Pesquisa avaliativa em saúde mental: desenho participativo e efeitos da narratividade**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2013
- BALDISSERA, A. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. **Sociedade Em Debate**, 7(2), 5–25, 2012.
- BARRETO, R. O.; LOPES, F. T.; PAULA, A.P.P. A Economia Solidária na inclusão social de usuários de álcool e outras drogas: reflexões a partir da análise de experiências em Minas Gerais e São Paulo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 16, n. 1, 2014.
- BEATRIZ, M. Z., CARVALHO, M. L., TREVISAN L., PEREIRA, C. G. R. F., SANTOS, F. O., BORGES, R. C. Tecnologia, Economia Solidária e o contexto da pandemia covid-19: Reflexões a partir de uma formação para trabalhadores/as de empreendimentos econômicos solidários da rede mandala. In: **CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**, 3. Online. Anais, 2021.
- BURNAGUI, J. G. FERRO, L. Fez SAÚDE MENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: ENTRE DESMONTES E POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, [S. l.], v. 16, n. 47, p. 116–128, 2024

BRASIL. Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. D.O Eletrônico de 9 de abril de 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde, Portaria n 3.088 de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL, Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024, Brasília, DF: Inep 2014.

BARFKNECHT, K. S., MERLO, Á. R. C., & NARDI, H. C.. Saúde mental e Economia Solidária: análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre. **Psicologia & Sociedade**, 18(2), 54–61. 2006 <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000200008>

CAMPOS, J. L., SILVA, T. C., ALBUQUERQUE, U. P., Observação participante e diário de campo: quando utilizar e como analisar: **Métodos de Pesquisa Qualitativa para Etnobiografia**. 1º ed. Recife PE, NUPPEA: 184. 2021.

COSTA, S. S., Pandemia e Desemprego no Brasil, *Revista de Administração Pública*, 59 (4), 969-978, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200170>>.

CURITIBA. Câmara Municipal de Curitiba, Lei 14.786 de fevereiro de 2016, Institui a Política Municipal de Fomento a Economia Popular Solidária e Cria o Conselho Municipal de Economia Popular Solidária.

CRUZ, Antônio. Redes de economía solidária – papéis e limites de atores envueltos: trabalhadores, universidades e Estado. In: **Seminario Internacional "La construcción de conocimientos y prácticas sobre la economía social y solidaria en América Latina y Canadá"**, 2009.

CRUZ, N. F. O., GONÇALVES, R. W., DELGADO, P. G. G., Retrocessos da reforma psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. **Trabalho, Educação e Saúde** [online]. 2020.

FERRO, L. F., CARDOSO, M. de M., & LOUREIRO, M. B. Economia Solidária, Saúde Mental e a prática do terapeuta ocupacional: relatos de participantes de um grupo de geração de trabalho e renda. **Cadernos de Terapia Ocupacional Da UFSCar**, 23(1), 101–116, 2015.

FERRO, L. F., FRANZOLOSO, C. L. S., & BURNAGUI, J. G. Redes de Economia Solidária: estratégia para captação de recursos. **Revista de estudos universitários - REU**, 46(2), 469–495, 2020.

FERRO, L. F., Economia Solidária, saúde mental e advocacy: a experiência da libersol junto à incidência política. *Revista humanidades e inovação* v. 8, n 59, 345-359, 2021.

FERRO, L. F; SCARCELLI, I R. **Estratégias formativas em educação permanente e produção de conhecimento na interface entre Economia Solidária e saúde mental.** Research, Society and Development, v. 11, n. 10, p. 1-13, 2022

FNP – Frente Nacional de Prefeitos, G100, **Municípios Populoso com baixa receita per capita e alta vulnerabilidade socioeconômica**, 2010. Disponível em: <[http://aequus.com.br/cartilhas/g100\\_2010.pdf](http://aequus.com.br/cartilhas/g100_2010.pdf)>. Acesso em: 05 de novembro de 2023.

FNP – Frente Nacional de Prefeitos. Nota técnica 3 de dezembro de 2020.

FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica.** Tradução de José Teixeira Coelho Netto. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FRANZOLOSO, C. L. S., **Redes de Economia Solidária e saúde mental: entre políticas públicas e práticas de inclusão social – a experiência da LIBERSOL.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, UFPR, Curitiba, 2022.

FRANZOLOSO, C. L. S.; FERRO, L. F. Economia Solidária e Saúde Mental: Problemáticas e estratégias para a inclusão social de pessoas em sofrimento mental. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 7, p. 1–17, 2021.

GADOTTI, M. **Economia Solidária como práxis pedagógica.** -- São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GALVES, F. R., TOZZETO, A., NOLANDI, F.M. Relatos de Experiências de Inclusão Pelo Social pelo Trabalho na saúde. Ladrilho Hidráulico: uma graça centenária, também solidária. 2 Ed. **São Carlos: Compacta Grafica e Editora**, 2014, v. 1 p. 83-92

HENNA, E. S., COREIA, R. L., SILVEIRA, M. Do Nutrarte à Pastelaria Q’sabor: percorrendo caminhos intersetoriais Em: PINHO. K. L. R., PINHO, L. P., LUSSI, I. A. O., MACHADO, M. L. T. (ORGS) **Relatos de experiências em Inclusão Social pelo Trabalho na Saúde.** São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2014. 268p.

IASKIO, E. L. S., O que é Economia Solidária. Em: BERGONSI, S. S., LACERDA, G.B., (org), **Cooperativismo, Economia Solidária e inclusão social: métodos e abordagens**, PROEC, Editora UFPR, 2007.

IWAI, M. M., KAUER N. da R., & FERRO, L. F. Saúde mental e Economia Solidária: uma discussão sobre percursos metodológicos a partir da pesquisa-ação. **Caderno Pedagógico**, 21(3), e3369. 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.54033/cadpedv21n3-173>>. Acesso em: 01 de maio de 2024.

KINKER, F. S. Enfrentamentos e construção de projetos de trabalho para a superação da laborterapia. **Cadernos de Terapia Ocupacional Da UFSCar**, 22(1), 49–61, 2014.

KINOSHITA, R. T., Contratualidade e Reabilitação Psicossocial em: PITTA. A., **Reabilitação Psicossocial no Brasil**, 4ª edição, São Paulo, Hucitec, 2016.

KROEFF, R. F. S.; GAVILLON, P. Q.; RAMM, L. V. Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 464-480, 2020. DOI:<10.12957/epp.2020.52579

JACOBOVSKI, R.; FERRO, L. F. Permanent education in Health and Active Learning methodologies: a systematic integrative review. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. e39910313391, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i3.13391.

LEITE, D. C. B., **FEIRAS COMO ESPAÇOS DE HOSPITALIDADE E IDENTIDADE COLETIVA: FEIRA PERMANENTE DA CEILÂNDIA/DF**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Turismo do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília. 2015

LIBARDONI, M. Fundamentos teóricos e visão estratégica da advocacy. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 167–9, 2000.

LUSSI, I. A. O., & MORATO, G. G. O significado do trabalho para usuários de serviços de saúde mental inseridos em projetos de geração de renda vinculados ou não ao movimento da Economia Solidária. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, 20(3), 369–380, 2012.

LUSSI, I. A. O., & PEREIRA, M. A. O. Empresa social e Economia Solidária: perspectivas no campo da inserção laboral de portadores de transtorno mental. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, 45(2), 515–521, 2011.

LUSSI, I. A. O., MATSUKURA, T. S., & LUSI, I. A. O. Economia Solidária como estratégia de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental: panorama nacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, 28(1), 127–146, 2020.

LOVATO, F. L., MICHELOTTI, A., SILVA, C. B., LORETTO, E. L.S. Metodologias Ativas de Aprendizagem: uma Breve Revisão. **Acta Scientiae** Canoas v.20 n.2 p.154-171 mar./abr. 2018

MANCE, E. A. **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro, DP&A, Fase, IFIL, 2003.

MANCE, E. Economia Solidária: um novo paradigma. In: **Seminário de Redes de Colaboração Solidária – Construindo uma nova sociedade**, Curitiba 2000. Disponível em: <<https://euclidesmance.net/docs/economia2.htm>>. Acesso em 04 de abril de 2024.

MANCE, E. Redes de Colaboração Solidária. Disponível em: <https://euclidesmance.net/docs/redecolaboracao-pt.pdf>. Acesso em 01 de junho de 2024.

MARINS, L. M., SOUVERAL, J. C., BITTENCOURT, I., JAQUES, C. G., ESTEVAM, D. O., A Feira de Economia Solidária da UNESC em tempos de pandemia do covid-19. Reflexões sobre a virtualidade. In: **CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**, 3. Online. Anais, 2021.

MARTINS, L. A. S.; OLIANI, F.S.; RIFFEL, C. M. Tecendo redes de solidariedade - uma aposta de fortalecimento da Economia Solidária na região da Foz do Rio Itajaí/SC. Florianópolis: Insular, 2017.

MINAYO, M. C. S., **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa sem saúde**. 14 ed – São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MORATO, G. G., & LUSSI, I. A. de O. Iniciativas de geração de trabalho e renda, Economia Solidária e terapia ocupacional: aproximações possíveis e construções necessárias. **Cadernos de Terapia Ocupacional Da UFSCar** 23(4), 733–745, 2015.

MOROSINI, M.; FRANCO, M. E. D.P. Universidades Comunitárias e sustentabilidade: desafio em tempos de globalização. **Educar**, Editora UFPR, Curitiba, n. 28, p. 55-70, 2006.

NICOLADELI, S. L. Economia Solidária: a consolidação jurídica de uma política pública. (Org.) BERGONSI, S. S. S.; LACERDA, G. B. **Cooperativismo, Economia Solidária e inclusão social: métodos e abordagens**. Curitiba: PROEC, 137-154 p. 2007.

NUNES, A, L. C., E cá estamos no NUPE, nucleando projetos especiais. Em: PINHO. K. L. R., PINHO, L. P., LUSSI, I. A. O., MACHADO, M. L. T. (ORGS) **Relatos de experiências em Inclusão Social pelo Trabalho na Saúde**. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 268p. 2014.

OTSUKA, E. **Autonomia e criação: superando estereótipos e reproduções**. 1 ed., 151 p., 23 cm. Curitiba: Appris, 2021. ISBN: 978-65-250-1228-5.

PAULA, J. A. de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 5–23, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>>. Acesso em: 07 de março de 2024

PITTA, A. **Reabilitação Psicossocial no Brasil**, 4ª edição, São Paulo, Hucitec, 2016.

PIRES DA SILVA, W. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Um conceito em Construção. **Revista Extensão & Sociedade**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2020. DOI: 10.21680/2178-6054.2020v11n2ID22491.

PEZZATO, L. M.; L'ABBATE, S. O uso de diários como ferramenta de intervenção da Análise Institucional: Potencializando reflexões no cotidiano da Saúde Bucal Coletiva. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 21, n. 4, p. 1297-1314, 2011. DOI:<10.1590/S0103-73312011000400008>.

PEREIRA, N.; DE SOUZA, A. Escrevendo Os Caminhos Da Extensão Universitária Na Unila. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 6, n. 2, p. 77-85, 24 dez. 2015.

PEREIRA, N. F. F.; VITORINI, R. A. da S. Curricularização Da Extensão: Desafio Da Educação Superior. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2019.

PITAGUARI, S. O., LANZA, L. M. B., CORDEIRO, S. M. A., **A sustentabilidade da Economia Solidária: contribuições multidisciplinares**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012. ISBN 978-85-7846-171-3

RIBEIRO, L. S. as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e a produção do conhecimento: uma análise crítica do conhecimento científico no âmbito das itcps, 2021, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da UTFPR, Curitiba, 2021.

RANGEL, R. R., MANOLESCU, F. M. K., A Economia Solidária pela perspectiva histórico-teórica, **Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós**, 2 (8). 2012

RODRIGUES, R. G., AGUIAR, P. D. Feiras de Economia Solidária como alternativa ao desenvolvimento socioeconômico local no município de Santa Maria, RS. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, vol. 26, 2021, DOI: <<https://doi.org/10.17058/redes.v26i0.15153>>.

RODRIGUES, A. L. L., COSTA, C. L. N. DO A., PRATA, M. S., BATALHA, T. B. S., & PASSOS NETO, I. de F. Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Caderno De Graduação - Ciências Humanas E Sociais - UNIT - SERGIPE**, 1(2), 141–148. 2013.

SANCHES, L. R., & VECCHIA, M. D. Reabilitação psicossocial e reinserção social de usuários de drogas: revisão da literatura. **Psicologia & Sociedade**, 30. 2018.

SILVA, M. L., SILVA, R. A., Economia Brasileira pré, durante e pós pandemia do covid-19: impactos e reflexões. **Observatório Socioeconômico da COVID-19**, UFSM, Santa Maria, 2020. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discuss%C3%A3o-07-Economia-Brasileira-Pr%C3%A9-Durante-e-P%C3%B3s-Pandemia.pdf>>. Acesso em: 13 de março de 2024.

SILVA, H. G. N. et al . O papel social da Universidade mediante integração ensino-serviço-comunidade no Brasil: revisão sistemática e metassíntese. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 26, e 31262, jan. 2020.

SILVA, I. Z., SILVA, G. S., NASCIMENTO, V., M., SILVA. J. P. T., ARAUJO, A. S., LOPES, R. F. Extensão acadêmica como ferramenta de prática educativa no processo de formação de enfermeiros **Research, Society and Development**, v. 10, n. 7, e57310716915, 2021 DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i7.16915>

SILVA. S. P. **O campo de pesquisa da Economia Solidária no Brasil: Abordagens metodológicas e dimensões analíticas**, Texto para Discussão, No. 2361, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2018.

SILVA, V. R. da. Policy advocacy: contribuições para a construção de um conceito a partir de uma revisão sistemática da literatura. **Revista da ESMESC**, v. 24, n. 30, p. 395–417, 2017.

SILVA, M. O. S. **Refletindo a pesquisa participante**. 2ª ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 1991

SANTOS, Carolina Valente. Evolution of scientific production in solidarity economy: the Brazilian scenario. **ORG & DEMO (Marília)**, v. 19, n. 1, p. 97-112, Jan./Jun., 2018.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Economia Solidária: Introdução, História e Experiência Brasileira**, São Paulo: Editora UNESP, Fundação Perseu Abramo, 2022

SCHIOCHET, V. Políticas públicas de Economia Solidária: breve trajetória e desafios. In: BENINI, E.; et al. **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2011

SCHULZ, J. R. S., ZAJONZ, B. T., DORR, A. C., BRUM, T. M., Canais de comercialização para empreendimentos econômicos solidários: a ótica da distribuição no contexto das feiras de Economia Solidária. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, V.7, n.2, mai/ago. 2015. 6 DOI: 10.18361/2176-8366/rara.v7n2p64-87

TAGLIAFERRO, P. Enfrentando desafios e construindo possibilidades: A experiência da equipe no processo de incubação de um empreendimento solidário formado por usuários de um CAPS. 2011. 165 f. **Dissertação (Mestrado em Enfermagem)** – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

TENORIO, F. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceitos. **Hist. cienc. Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 25–59, 2002.

TORRENTÉ, M. O. N., MARQUES, T. P., TORRENTE, M., Solidariedade, militância e saúde mental em tempos de pandemia. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, 27, e 220136. 2023. <https://doi.org/10.1590/interface.2023>.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443–466, 2005.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2009.

TRIPP, D. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

YASUI, S. **Rupturas e encontros: desafios da reforma psiquiátrica brasileira [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.